

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO**

A NOVA LEGISLAÇÃO E A FORMAÇÃO DA CIDADANIA

MARIA PEREIRA DE SOUZA

**MARINGÁ
2003**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO**

A NOVA LEGISLAÇÃO E A FORMAÇÃO DA CIDADANIA

Dissertação apresentada por MARIA PEREIRA DE SOUZA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de Concentração: Fundamentos da Educação.

Orientador(a):
Prof^a. Dra.: Guaraciaba Aparecida Tullio

MARINGÁ
2003

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

MARIA PEREIRA DE SOUZA

A NOVA LEGISLAÇÃO E A FORMAÇÃO DA CIDADANIA

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Guaraciaba Aparecida Tullio (Orientadora) - UEM

Prof. Dr. Sandino Hoff - UNC

Prof^a. Dra. Amélia Kimiko Noma - UEM

Data da Aprovação: 22 de abril de 2003.

Dedico este estudo

Àqueles que acreditam e lutam por uma sociedade sem classes

AGRADECIMENTOS

A todos que, direta e indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, em especial:

À Professora Guaraciaba Aparecida Tullio pela competência e seriedade com que orientou este trabalho.

À Zélia Leonel pelo apoio, incentivo e preocupação com o desenvolvimento de minha pesquisa.

À Maria de Lourdes Longhini Trevisani pelo apoio, incentivo constante, a revisão deste trabalho, e por ter dividido os momentos de angústia, a quem sempre devo um agradecimento especial.

À Marli, Nilda e Tomiko, amigas e companheiras de trabalho que me apoiaram e incentivaram no decorrer desta pesquisa.

Não se trata de investigar [...] quem há de emancipar e quem deve ser emancipado. A crítica tem que indagar-se [...] outra coisa: *de que espécie de emancipação* se trata; quais as condições implícitas da emancipação que se postula. (Karl Marx)

SOUZA, Maria Pereira de. **A NOVA LEGISLAÇÃO E A FORMAÇÃO DA CIDADANIA**. 79 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Guaraciaba Aparecida Tullio. Maringá, 2003.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo a compreensão histórica e filosófica da defesa da educação para a cidadania na atual legislação educacional do país. Buscou-se analisar, de forma crítica, a transformação do processo de trabalho e uma correspondente defesa da cidadania que fundamenta, na forma da lei que rege a educação no país, uma dada explicação do homem (Filosofia) e uma dada explicação da História, traduzida pelo desenvolvimento das forças produtivas, para melhor apreensão das reais necessidades e justificativas das velhas e novas formas de formação da cidadania. Tomou-se como pressuposto que as ideias que dão forma à defesa da educação brasileira não são neutras e nem, tampouco, exclusivas da educação. Pelo contrário, elas refletem todo um conjunto de valores, de visão de mundo e de homem que expressa o pensamento dominante na sociedade contemporânea. Defende-se que, no traçado da legislação educacional, especialmente no que se refere às reformas curriculares em curso, a filosofia da educação representa toda uma luta humana que tem, no passado, seu objetivo.

Palavras-Chave: Educação pública; Cidadania; História e historiografia da educação; Filosofia da educação.

SOUZA, Maria Pereira de. **NEW LEGISLATION AND THE FORMATION OF CITIZENSHIP**. 79 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Guaraciaba Aparecida Tullio. Maringá, 2003.

ABSTRACT

This study aimed at a historical and philosophical understanding of the defense of education for citizenship in the current educational legislation in Brazil. A critical analysis was developed on the transformation of the work process and a corresponding underlying defense of citizenship, which serves as basis, according to the law governing education in the country, for a given explanation of the man (Philosophy) and a given explanation of History, translated by the development of the productive forces, for a better understanding of the real needs and justifications of the old and new forms of development of citizenship. It was taken for granted that the ideas that shape the defense of Brazilian education are not neutral, nor exclusive to education. Rather, they reflect a range of values, of world view, and of man that express the dominant thought in contemporary society. It is argued that in the course of educational legislation, especially with regard to the ongoing curriculum reform, the philosophy of education is all a human struggle that finds, in the past, their goal.

Key words: Public education; Citizenship; History and historiography of education; Philosophy of education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. LIBERDADE E OPORTUNIDADE NA TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS	15
3. A IDEALIZAÇÃO DO TRABALHO E O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS	35
4. CAPITALISMO, TRABALHO E EDUCAÇÃO	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	74

1. INTRODUÇÃO

Se, como dizem alguns historiadores, cada século tem uma grande tarefa a cumprir, nenhum outro parece ter se preocupado tanto com a questão da sociabilidade humana como o século que se inicia. A violência é a palavra que resume, por assim dizer, as dificuldades de convivência que vêm se acentuando entre os homens e forjando medidas no sentido de estancar o processo. Observa-se certa unanimidade sobre os males que os atacam e sobre o que é preciso ser feito, de tal modo que, ao se mostrarem antiéticos, intolerantes, egoístas e individualistas, toma-se, em defesa, seu oposto para corrigir tais desvios nos homens, que é o lado da ética, do multiculturalismo e da solidariedade.

No entanto, essa unanimidade deixa de existir e as explicações oscilam de um extremo ao outro quando se trata da razão de ser deste estado da civilização. Se, para uns, o estado de deterioração do homem deve-se unicamente à falta de Deus no coração, portanto, de religião; para outros, o problema é político e está encravado na ordem social, na qual o desemprego e a fome descrevem uma “curva ascendente”. O que importa, nesse momento, não é esclarecer esta questão, mas destacar a premissa de que é delegada à escola a difícil tarefa de reconstituir a ética, a tolerância entre os homens e desenvolver sentimentos de solidariedade, enfim, restabelecer os laços sociais e a boa convivência, por meio da formação para a cidadania.

Essa tarefa, contudo, não é inédita, já que a escola pública gratuita e obrigatória nasceu dessa preocupação. Assim, corrigir o chamado desvio de comportamento tem sido, portanto, sua própria razão de ser. Mas pergunta-se: Antes do século XIX, de quem era essa função?

Até meados do século XIX predominou a ideia de que os estudos não deveriam ser destinados aos filhos da classe trabalhadora, porque, além de roubar horas de trabalho, diziam os homens da época, bastava-lhes a educação que aprendiam na luta pela vida. O trabalho e a família cumpriam essa função. A primeira grande crise do capital, motivada pela industrialização europeia, no

entanto, rompeu com a hegemonia dessa ideia ao desfraldar a bandeira em favor da educação para todos. O desemprego em massa e as lutas operárias, que acompanharam a crise de superprodução, convenceram os homens mais reticentes a lutar pela criação da escola pública de ensino obrigatório, tal como se conhece ainda hoje.

Desde o século XIX aos dias atuais, a sociedade burguesa passou, e vem passando, por uma sucessão de crises de superprodução, de tal modo que se torna cada vez mais difícil combatê-las com as mesmas soluções encontradas para combater as anteriores. A primeira dessas crises foi importante para desvelar as leis que regem esta sociedade, e mostrar que ela é tão transitória como foram todas as sociedades passadas e que sua destruição é inerente a ela mesma. Quanto mais ela se desenvolve, impulsionando o desenvolvimento das forças produtivas sociais, mais se desorganiza, esta é sua principal contradição.

Apesar das dificuldades que tal tese encerra, a explicação é simples, sobretudo, quando se sabe que essa sociedade se organizou com base no trabalho assalariado e, sem ele, sua desorganização é inevitável, pelo menos enquanto não se evidenciem os germes de uma nova organização. Esse processo de destruição, antevisto por Marx na segunda metade do século XIX, faz parte, hoje, do senso comum. Rifkin, por exemplo, no seu livro, *O Fim dos Empregos: O Declínio Inevitável dos Empregos e a Redução da Força Global de Trabalho*, que, segundo o economista Robert L. Heibroner aborda o problema que “enfrentaremos pelo resto de nossas vidas”, diz, referindo-se ao impacto da tecnologia sobre a organização social: “O que há alguns anos nada mais era do que um debate esotérico entre intelectuais e um pequeno número de escritores sociais [...], agora é o centro de discussões acirradas entre milhões de trabalhadores” (1995, p. 13). Tanto Rifkin como o italiano Domênico de Masi¹ compreendem que a organização tradicional do trabalho está em crise e que o próprio trabalho está profundamente modificado na sua substância e significado, mas que a ideia de uma sociedade não baseada no trabalho e sim no ócio é completamente estranha aos homens.

Essa crise do trabalho assalariado, decorrente do desemprego estrutural e da precarização de empregos e salários, atribuída, equivocadamente, ao neoliberalismo, acentuou-se no final do século XX. Uma análise mais apurada dos determinantes desse fenômeno revela a crise do padrão de acumulação, conhecido como fordista/taylorista, a qual foi deflagrada em meados dos anos 1970, e as respostas que o capital vem empreendendo para assegurar as condições necessárias à sua própria manutenção e expansão.

A substituição do padrão fordista/taylorista pelo padrão toyotista tem como objetivo tornar flexível o mercado de trabalho que põe a sociedade em movimento, desregulamentar direitos trabalhistas e redistribuir tradicionais mercados consumidores, para atingir um maior nível de desenvolvimento. Enfim, o toyotismo, que “[...] reproduz a lógica da acumulação flexível num grau superior, com seus dispositivos organizacionais e sob uma base técnica mais adequada” (ALVES, 2000, p. 47), contém a mesma racionalidade do padrão anterior: mais produtividade, que, em outras palavras, significa mais tecnologia e menos trabalho. Essa produtividade, podendo utilizar-se de novas tecnologias advindas do desenvolvimento das ciências, resulta num mundo que, como esclarece Rifkin (1995, p. 195),

[...] está rapidamente polarizando-se em duas forças potencialmente irreconciliáveis, de um lado, a elite da informação, que controla e administra a economia global da alta tecnologia, e de outro, o número crescente de trabalhadores deslocados, com poucas perspectivas de bons empregos em um mundo cada vez mais automatizado.

Não se trata, todavia, de um mero processo técnico de racionalização de modos e formas de produzir, uma vez que exige a mediação das instâncias políticas. Essa reestruturação de tipo flexível passa pela defesa dos princípios neoliberais de autonomia do mercado, de privatização, de Estado mínimo, da liberdade política fundamentada especialmente como liberdade mercantil. Afinal, o neoliberalismo visa não apenas alterar as relações do Estado com as classes sociais, mas constituir um Estado mínimo para a classe trabalhadora e um Estado máximo para o capital. Na verdade, a racionalidade do capital, na busca de

acumulação, não contém nenhuma humanidade. E nem deveria conter. Este não é o compromisso histórico da produção seguida pelo capital.

Em resumo, as transformações no mundo do trabalho, no final do século XX, determinaram, também, profundas mudanças na esfera do Estado, consubstanciadas na sua reforma pela aplicação de políticas de ajuste que preceituam o enxugamento dos gastos governamentais, a redução dos serviços públicos, terminando por transferir para a sociedade civil, por meio da filantropia empresarial e, sobretudo, do trabalho voluntário do terceiro setor, as mazelas sociais derivadas dessas transformações.

Este quadro revela o recrudescimento da ‘questão social’, decorrência do crescente antagonismo, inerente à sociedade burguesa, entre a socialização da produção e a apropriação privada do produto do trabalho. Esse estágio, afirma Rifkin (1995), corresponde a *uma nova pobreza de amplos segmentos da população* e que se expressa no agravamento da miséria, no crescimento do desemprego, na deterioração da qualidade de vida das classes que vivem do trabalho, na desordem social.

É nesse contexto que a escola é vista como a vanguarda do movimento contrário. É investida da tarefa hercúlea de corrigir os vícios que a falta de trabalho faz proliferar, mas sem deixar de acreditar nele. Se o trabalho é um dogma na filosofia política burguesa, o ideal de harmonia, de solidariedade e de convivência é seu novo pressuposto. Esta defesa infesta a atual literatura pedagógica e constitui a retórica do seu discurso.

Para dar conta destas questões, esta pesquisa, de cunho bibliográfico e documental, foi realizada em três seções. A primeira, que tem por título *Liberdade, Oportunidade na Trajetória do Desenvolvimento das Forças Produtivas*, analisa a relação histórica entre dois princípios de consenso e que, por isso mesmo, são dados como naturais e inquestionáveis, que são: liberdade e oportunidade. Seu objetivo é mostrar o quanto, nos séculos passados, a liberdade voltada para a acumulação privada zerou o direito à oportunidade quando a ciência aplicada à produção substituiu o trabalho.

A segunda seção *A Idealização do Trabalho e o Desenvolvimento das Forças Produtivas* tem como finalidade a compreensão do trabalho humano como categoria central das relações sociais geridas pelo capital e as implicações das forças produtivas nesse movimento, para, então, mostrar esses mesmos princípios no processo de exclusão social da atualidade, tendo em vista o fim do trabalho físico.

Na terceira seção, *Capitalismo, Trabalho e Educação*, é dada ênfase a uma das finalidades da educação pública que é a formação da cidadania em tempo de não trabalho, de desumanização da vida com a função de reproduzir o capital. O objetivo é mostrar, de um lado, que, no lugar de profissionalizar ou preparar para o trabalho, a legislação e a literatura no campo da educação enfatizam o desenvolvimento de almejadas competências para um mundo em transformação e, de outro, quanto mais o social se desagrega pelo fim do trabalho vivo, mais os homens clamam por valores humanitários. Assim, a formação de uma cidadania multicultural e solidária prepondera sobre a preparação para o trabalho.

Finalmente, nas *Considerações Finais*, é evidenciado como têm se dado, no Brasil, a discussão e aprovação da legislação educacional vigente e a vinculação da educação com o desenvolvimento econômico, alinhando-se aos interesses do capital internacional. E, em seguida, problematiza-se sobre a dupla face da cidadania, conservadora, como propõe a legislação, ou transformadora da ordem social, como apontam as próprias contradições sociais.

2. LIBERDADE E OPORTUNIDADE NA TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS

A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas *prática*. É na praxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento. (Karl Marx)

Reconhecendo que as teorias econômicas têm consequências na vida das pessoas, o economista norte-americano Paul Krugman se notabilizou com sua crítica radical aos teóricos do pensamento econômico de todas as tendências, sobretudo os da Nova Economia, baseada no conhecimento e nos serviços, resultante do progresso tecnológico, por não explicarem e prever o comportamento das complexas realidades sociais e institucionais. Para esse polêmico economista, as teorias econômicas neoclássicas, além de portarem erros crassos de interpretação da vida econômico-social, são incompreensíveis aos homens afetados por elas, que é a grande maioria.

Pensando assim, Krugman (1999, p. 8) fornece a chave para a leitura dessas teorias, ao afirmar que as ideias centrais delas “[...] são muito simples, vão pouco além da proposição de que as pessoas se aproveitarão das oportunidades, além da constatação de que as minhas oportunidades geralmente dependem de suas ações e vice-versa”. Observa-se, com base nesse enunciado sobre as teorias econômicas, que o êxito e o fracasso individual estão sujeitos às oportunidades que, por sua vez, estão sujeitas ao conjunto das ações sociais.

Observando mais atentamente, verifica-se que tal proposição tem como princípio a liberdade individual e como condição de sucesso ou fracasso as oportunidades. Cabe lembrar que a defesa dessa liberdade já estava sistematizada no Segundo Tratado Sobre o Governo de John Locke, colocado ao público, na Inglaterra, na finalização da Revolução Gloriosa em 1689: “[...] consiste em estar livre de qualquer poder superior na terra, e [...] não estar sujeito à restrição alguma senão à da lei da natureza” (LOCKE, 2001, p. 401-403). Tendo

a lei da natureza por princípio, ele escreveu, sobrepondo-se ao poder, até então consagrado, da Igreja:

[...] sendo todos os homens artefato de um mesmo Criador Onipotente e infinitamente sábio, todos eles servidores de um Senhor soberano e único, enviados ao mundo por Sua ordem e para cumprir seus desígnios, são propriedade de seu artífice [...]. E tendo todos as mesmas faculdades, compartilhando todos de uma mesma comunidade de natureza, não se pode presumir subordinação alguma entre nós que nos possa autorizar a destruir-nos uma aos outros, como se fossemos feitos para uso uns dos outros [...] Cada um está obrigado a preservar-se e não abandonar sua posição por vontade própria; logo, pela mesma razão, quando sua própria preservação não estiver em jogo, cada um deve, tanto quanto puder, preservar o resto da humanidade, [...] a não ser que seja para fazer justiça a um infrator, tirar ou prejudicar a vida ou o que favorece a preservação da vida, liberdade, saúde, integridade ou bens de outrem. (LOCKE, 2001, p. 384-385)

Com relação à oportunidade, essa questão também foi tratada pela filosofia clássica, ou seja, pelo próprio Locke, importante pensador da doutrina liberal: “Deus [...] deu o mundo aos homens em comum [...] a terra e tudo o quanto nela há, é dada aos homens para o sustento e o conforto da sua existência” (LOCKE, 2001, p. 406-407). O mundo da liberdade aparece aos homens, na passagem da sociedade feudal para a capitalista, como um mundo carregado de oportunidades. Como considera Locke (2001, p. 405): “[...] os homens, uma vez nascidos, têm direito à sua preservação e, portanto, à comida, bebida e a tudo quanto a natureza lhes fornece para a sua subsistência. [...]”. Acrescenta o autor:

[...] é, contudo, necessário, por terem sido essas coisas dadas para uso dos homens, haver um meio de apropriar parte delas de um modo e de outro para que possam ser de alguma utilidade ou benefício para qualquer homem em particular. A esta ninguém tem direito algum além dele mesmo. [...] O trabalho dele tomou-a das mãos da natureza, onde era comum e pertencia igualmente a todos os seus filhos, e, com isso, dela apropriou-se. (LOCKE, 2001, p. 405 e 411).

O exercício da força de trabalho, reconhecido como propriedade da própria pessoa, é o meio do homem operar essa oportunidade: “[...] o trabalho de seu

corpo e a obra de suas mãos pode-se dizer são propriedade dele. Qualquer coisa que ele então retire do estado com que a natureza a proveu e deixou, mistura-se a ele com seu trabalho e lhe junta algo que é seu, transformando-a em sua propriedade [...]” (LOCKE, 2001, p. 414). Nesse sentido, Locke (2001, p. 418) explica “[...] que aquele que se apropria de terra mediante o seu próprio trabalho não diminui, mas aumenta as reservas comuns da humanidade”.

Portanto, liberdade e oportunidade, questões já discutidas na gênese da sociedade moderna, não se dissociam da condição humana, de tal forma que, hoje, nas sociedades com oportunidades de emprego em taxas decrescentes, a liberdade não passa de uma fantasia, um sonho. No momento atual, em que o nível de desemprego cresce no mundo inteiro, as teorias econômicas, de um modo geral, preocupam-se em criar oportunidades, mas não discutem o princípio de liberdade considerado sagrado. Este problema já foi apontado por Engels, no século XIX, em texto denominado *A ‘Contribuição à Crítica da Economia Política’ de Karl Marx*:

O século XVIII, o século da Revolução, também revolucionou a economia. Mas todas as revoluções deste século abordavam a economia apenas pelo lado do antagonismo, deixando o termo oposto. Foi assim que o materialismo abstrato se opôs ao espiritualismo abstrato, (como a república à monarquia, o contrato social ao direito divino). E a revolução econômica não conseguiu ultrapassar este antagonismo. Os pressupostos continuaram, em toda a parte, os mesmos. O materialismo não se opôs ao desprezo e à humilhação do homem cristão: limitou-se a instaurar como absoluto, face ao homem, a natureza em lugar do deus cristão. (ENGELS, s/d, p. 306).

À nossa época, ao reexaminar as premissas da filosofia clássica liberal tendo por base a análise histórica, Cunha (1980) assim consolidou a crítica à ideologia da natureza:

O liberalismo, sistema político-econômico fundado na defesa da liberdade individual, usa do princípio da liberdade para combater os privilégios conferidos a certos indivíduos em virtude do nascimento ou credo. O princípio da liberdade presume que um indivíduo seja tão livre quanto outro para atingir uma posição social vantajosa, em virtude de seus talentos e aptidões. (CUNHA, 1980, p. 29).

No limite do artifício da natureza, os precursores do liberalismo supõem que em uma situação de liberdade cada indivíduo obtém o fruto de seu próprio trabalho para manutenção de suas necessidades. Assim, como lembra Von Mises (1987, p. 25), os liberais afirmam que “somente um sistema baseado na liberdade para todos os trabalhadores garante a maior produtividade do trabalho humano”. Motivo pelo qual, saem na defesa de que os indivíduos não devem sofrer nenhum tipo de intervenção em suas vidas.

Na ordenação do pensamento liberal, ou seja, na filosofia e na economia política burguesa, a defesa da ação e das potencialidades individuais, respaldada na crença de que o progresso individual resultaria num progresso para a sociedade em geral, é algo inquestionável. Neste limite, Cunha (1980, p. 28) destaca que o homem natural aparece sempre como um indivíduo, “[...] enquanto sujeito que deve ser respeitado por possuir aptidões e talentos próprios, atualizados ou em potencial”.

Esta idealização do homem natural “[...] presume que os indivíduos tenham escolhido voluntariamente o curso que conduziu a certo estágio de pobreza, ou riqueza. [...] o único responsável pelo sucesso ou fracasso social é o próprio indivíduo” (CUNHA, 1980, p. 28-29). Na sociedade onde este pensamento se impõe dominante, a capacidade de criar oportunidades acaba sendo o pomo da discórdia entre as diferentes tendências no campo da teoria econômica e a capacidade de criar empregos, o diferencial entre elas.

Pensar a crise, econômica, atual na relação da contradição entre o princípio da liberdade, entendida como não ser obrigado e nem impedido de fazer algo, e a condição de oportunidades, além de aproximar a teoria do processo real de vida dos homens, coloca a questão em termos novos, ou seja, para além da filosofia e da economia política. É o que esta seção pretende discutir.

Não há como negar o progresso alcançado pelo capitalismo nas últimas décadas, mas não há também como negar o contingente humano abandonado à sua própria sorte. Um dos mais renomados cientistas sociais americanos, considerado um ícone da esquerda mundial, professor da Universidade Yale – EUA, Immanuel Wallerstein, em entrevista para a Folha de São Paulo, publicada

em 10/02/02, afirma que

A economia do mundo capitalista tem sido um sistema histórico incrivelmente bem-sucedido [...] atingiu, em 400 anos, uma enorme expansão da produção mundial e um incrível avanço tecnológico. Logicamente, ela também criou uma enorme quantidade de destruição e de empobrecimento de amplos segmentos das populações mundiais. (WALLERSTEIN, 2002, p. 32)

Ao permitir melhorias na organização das fábricas, a economia de alta produção e alta tecnologia contribuiu para sobrepujar o trabalho vivo, deixando, no mundo, milhões de trabalhadores, vítimas da automação, desempregados, vulneráveis no seu cotidiano, passando a integrar a “[...] crescente subclasse urbana de trabalhadores desempregados” (RIFKIN, 1995, p. 193), condenados a abater-se na pobreza.

Paralelo aos impactos benéficos na produção de bens e serviços, favoráveis ao prolongamento da vida humana, melhorando a qualidade dos produtos, reduzindo preços, projetando novo modelo de vida e trabalho, mudando o mundo, “[...] intuindo novos segmentos de mercado, novas oportunidades produtivas, novos sistemas para incrementar a eficiência e gerir os lucros” (DE MASI, 2000, p. 185), ocorre um crescente empobrecimento da população trabalhadora, caracterizado por um sistema global de produção excessiva, alimentado pelo desemprego em todo o mundo, o qual parece não ter solução. A olhos visto, a liberdade não encontra terreno para se operar como forma de vida.

Rifkin (1995, p. 194), em seu livro *O Fim dos Empregos*, ao abordar o tema “Vencedores e perdedores da alta tecnologia”, entende que “duas Américas (do Norte) muito diferentes estão surgindo durante nossa transição para o século XXI. A nova revolução da alta tecnologia provavelmente agravará as crescentes tensões entre os ricos e pobres e dividirá ainda mais a nação em dois campos incompatíveis e conflitantes”.

Em seguida, ele fundamenta sua assertiva com dados estatísticos.

Relatório do Departamento de Recenseamento de 1993 sobre a pobreza na América forneceu dados estatísticos sobre a distância crescente entre ricos e pobres. Segundo o estudo, o número de americanos vivendo na pobreza em 1992 é maior do que em qualquer outro período desde 1962. Em 1992, 36,9 milhões de americanos viviam na pobreza, um aumento de 1,2 milhões sobre 1991, e 5,4 milhões a mais do que em 1989. Mais de 40% dos pobres do país são crianças. O índice de pobreza entre afro-americanos agora ultrapassa 33% e entre os hispânicos é de 29,3%. Quase 11,6% de todos os americanos brancos vive na pobreza". (RIFKIN, 1995, p. 195)

No Brasil, os resultados de uma Pesquisa Nacional por amostragem de Domicílios – PNAD, realizada em 1998, revelam que 50,1 milhões de brasileiros eram pobres, o que correspondia a 32,7% da população, destacando que, desse índice, 13,9%, ou seja, 21,4 milhões são indigentes, apesar de o país ter melhorado em desenvolvimento humano. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, com base nos dados até 1998, calcula que haja no mundo todo 1,2 bilhões de pessoas pobres, segundo critério do Banco Mundial, com tendência a aumentar (FOLHA DE SÃO PAULO, Especial 4, 29/06/00).

Na prática, a crença nas oportunidades que seriam criadas com a globalização, movimento recente de organização da economia mundial, iniciada na década de 70 do século XX, vem perdendo credibilidade a cada dia que passa até entre seus mais ardorosos defensores. Isso não significa dizer que oportunidades, jamais vistas em toda a história da humanidade, não tenham chegado a um punhado de indivíduos afortunados. Contudo, a nova forma de organização capitalista “[...] mascara as relações de desigualdade que estão estabelecidas entre os países centrais e os países periféricos” (ROSAR, 2003, p. 61), por meio de uma “aparente uniformidade” entre os diferentes países que constituem os blocos econômicos.

Enquanto, aproximadamente, um terço da população mundial não tem renda suficiente para gastos básicos, afortunados empreendedores somam às suas grandes riquezas, anualmente, extraordinárias quantias que variam de milhões a bilhões. Esta situação que marca o grau de desigualdade social, segundo Hayek (1994, p. 91), não deve ser sanada pelo Estado. “Proporcionar resultados iguais para pessoas diferentes, exige que sejam tratadas diferentes”.

Defender, pois, a igualdade de oportunidades e, simplesmente, aceitar a desigualdade social faz parte de uma prática que promove a competição e como consequência estimula o progresso econômico. Já que, no pensamento de Freedman (1980, p. 152), “o esforço para implantar a igualdade destruirá a liberdade”. Por isso, “o liberalismo, concebido como visão de mundo burguesa ou abordado como doutrina, não pode ser dissociado da classe que o produz” (ALVES, 2007, p. 77).

Como resultado da lógica liberal, de um lado, “os mais pobres se afundam ainda mais na pobreza, outros se tornam pobres e uma parte importante das camadas médias conhece uma brutal redução no seu poder aquisitivo” (SALAMA, 2000, p. 215) e, de outro, os poucos mais ricos, dadas oportunidades que se lhe oferecem, ficam cada vez mais ricos. Da lista de afortunados das últimas décadas do século XX, para exemplificar, destacam-se: Lay Kenneth, presidente da ENRON, que, em 2000, ganhou 100 bilhões de dólares (VEJA, 2001, p. 147); o presidente do Travellers Group que acumula 413 bilhões de libras por ano – mais de um bilhão por dia (DE MASI, 2000, p. 15); o presidente da Coca-Cola que ganha 201 bilhões ao ano (DE MASI, 2000, p. 15); Marcos Leite, responsável pelo CardSystem, faturou, em 2002, 250 milhões, o dobro de 2001 (ISTO É. Dinheiro, 16/10/2002, p. 77); Abílio Diniz, do Pão de Açúcar, fatura, anualmente, em vendas, em suas 499 lojas, R\$ 10 bilhões (ISTO É. Dinheiro, 23/10/2002, p. 62). Essa realidade se justifica por um modelo econômico de concentração de riqueza que, ao “estabelecer as articulações entre a economia dos países e/ou regiões centrais e dos(as) periféricos(as), realiza a centralização e descentralização em setores vitais para a acumulação do capital, conforme as conveniências estabelecidas pelos setores hegemônicos desses países, independente da sua localização” (ROSAR, 2003, p. 62).

Mas é importante lembrar que o restabelecimento da liberdade ou sua “desregulamentação”, que hoje exclui do processo social um número cada vez mais preocupante de indivíduos em todo o mundo, no passado, fez o contrário, incluindo os deserdados da decadente sociedade feudal na atividade comercial e impulsionando uma das épocas mais civilizadoras que a humanidade já conheceu. Dessa forma, liberdade e oportunidade têm uma longa história para

contar e que não deixa de ser, num certo sentido, a história do livre comércio.

Privados da terra, os pequenos camponeses do século XVI até princípios do século XIX, livres, são transformados em um grupo de homens que ganham o seu sustento trabalhando para os poucos grandes proprietários. Como assevera Marx (1984, p. 261 e 275):

A intermitente e sempre renovada expropriação e expulsão do povo do campo, [...] forneceu à indústria urbana mais e mais massas de proletários, situados totalmente fora das relações corporativas [...]. A expropriação e a expulsão de parte do povo do campo liberam, com os trabalhadores, não apenas os seus meios de subsistência e seu material de trabalho para o capital industrial, mas criam também o mercado interno [...] Os capitalistas burgueses conquistaram o campo para a agricultura capitalista, e incorporaram a base fundiária em puro artigo de comércio, criando para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros.

Cantada em verso e em prosa pelos poetas e filósofos, a liberdade enquanto o desejo de um direito de ir e vir sem impedimento ganhou cada vez mais realidade a partir do século XV com a invenção do comércio, mas agora como regra geral e não mais como atividade secundária. Foram, de fato, os revolucionários comerciantes que a levaram aos quatro cantos do mundo, pedindo passagem para suas mercadorias, rompendo com as restrições das localidades e animando outros homens a imitá-los na luta pela vida, tendo em vista que a sociedade na qual viviam vinha perdendo, rapidamente, sua capacidade de sustentá-los.

Cabe reconhecer que esses revolucionários comerciantes, além de desempenharem papéis decisivos nos contornos do globo terrestre ao longo dos séculos, influenciaram as mais diversas esferas da vida social.

[...] por princípios ou diretrizes como: liberdade e igualdade de proprietários organizados em contrato; o mercado compreende capital, tecnologia e força de trabalho, além das mercadorias enquanto bens de consumo e produção; moeda, câmbio, lucro, juro, poupança, empréstimo; produtividade e lucratividade, administração, contabilidade, calculabilidade e racionalidade [...] padrões e valores característicos do capitalismo em

desenvolvimento, como modo de produção civilizatório [...]. Um processo sempre permeado de identidades e alteridades, tanto quanto de diversidades e desigualdades, mas compreendendo sempre o intercâmbio, a tensão e a luta, a acomodação e a mutilação, a reiteração e a transfiguração (IANNI, 2000, p. 71-72 e 99-100).

O livre comércio, ao oportunizar aos comerciantes empreendedores abranger os quatro cantos do mundo, trouxe consigo a expansão geral do comércio mundial e consequentemente a expansão econômica. De modo geral, com o desenvolvimento do comércio, foram registrados altos lucros que possibilitaram a expansão industrial e, com ela, as mudanças nas tradicionais formas de trabalho. Tudo concorreria para atender às necessidades do mercado em expansão.

Historicamente, a importância de um mercado em constante expansão impele a burguesia a invadir todo o globo. "Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte" (MARX; ENGELS, s/d, p. 24).

Por possuir uma economia de consumo, cuja finalidade básica era o abastecimento da aldeia, pode-se afirmar que, nas sociedades medievais, o comércio não existia senão como exceção. Só no final dessa experiência histórica, o comércio começou a se desenvolver com o aumento das trocas, primeiro lentamente e depois a todo vapor, modificando-se e recriando-se continuamente segundo as determinações dos mercados.

Do século XI ao século XV, a história mostra que a procura de mercadoria não se dava ainda de forma constante, de modo a garantir vendas diárias durante todo o ano, por isso, apesar do crescimento ocorrido, o comércio acontecia através de pequenos mercados locais, semanais e das grandes feiras anuais. Era nas feiras, o lugar onde se encontravam os mercadores das mais diversas localidades para comercializar seus produtos. Mercados e feiras eram controlados pelo "senhor da cidade" nas quais se realizavam, por representarem fonte de riqueza – não apenas pelo comércio, mas também pelas "transações financeiras" permitidas, segundo documento datado de 1492 (HUBERMAN, 1985, p. 33).

Com todas as possíveis dificuldades do período, os homens vivenciavam a mudança da antiga economia natural para uma economia de dinheiro, de um mundo de comércio em expansão, que, aos poucos, vai ligando e transformando cidades, países e continentes, assim como rios, mares e oceanos, [...] em dependência da sociedade global” (IANNI, 2002, p. 38- 43). Foi uma construção de mais de cinco séculos, marcada por contínuas mudanças em direção à conquista dos mercados mundiais, sem nunca deixar de lutar pela liberdade individual que é seu móvel.

O reconhecimento dessa questão, no limite ideológico da lei da natureza, aparece inclusive no século XIX, na obra de David Ricardo, reconhecido economista, quando, no contexto da mundialização do capital, como um processo de expansão contínua das relações e estruturas capitalistas, ele defendeu que o mercado globalizado deveria gastar liberdade individual vantajosa para ambas as partes que estão a negociar. Todavia a burguesia “[...] substituiu as numerosas liberdades, conquistadas com tanto esforço, pela única e implacável liberdade de comércio” (MARX; ENGELS, s/d, p. 23).

De todos os fatores conjugados para criar uma nova civilização, o livre comércio foi determinante, porque, além de impulsionar o desenvolvimento da indústria para a troca com outros mercados, permitia a aproximação, ainda que motivada apenas pelo lucro, entre lugares distantes e fechados com os grandes centros de poder econômico. O comércio, atividade da qual os homens se ocupavam cada vez mais, como um sopro de vida em meio à falência do mundo feudal, criava, na expressão de Beaud (1981, p. 31), “[...] uma concepção do mundo que valoriza a riqueza e o enriquecimento”.

Se, por um lado, a ideia de riqueza é tão velha como a civilização, por outro, explica Laski (1939, p.19), só depois do século XV “[...] começa a impregnar a mentalidade coletiva. Antes, o critério de legitimidade dos atos era determinado por regras morais às quais os princípios econômicos se subordinavam”. Segundo o mesmo autor, o produto medieval, seja na ordem das finanças, do comércio ou da manufatura, alcançava seu objetivo mediante uma série de ações que, a cada passo, ligavam-no a certas regras de conduta que

pressupunham, para a aquisição de riquezas, uma justificativa fundamental sobre princípios éticos.

A riqueza tinha que ser conquistada levando-se em conta certos princípios morais, já que era considerada capital com sentido social, não uma posição individual. “O rico não a desfrutava por si ou para o seu próprio gosto, mas como administrador e em nome da comunidade” (LASKI, 1939, p. 20). Essa doutrina era definida tanto pela Igreja como pelo direito civil.

Assim que a conquista da riqueza começou a dominar a mentalidade coletiva, “uma concepção individualista desaloja a concepção social” (LASKI, 1939, p. 20). As ideias morais, que sustentavam a Idade Média, não respondiam adequadamente à sociedade nascente, de produção ilimitada, na qual faltavam oportunidades de enriquecimento, o que era impossível na sociedade feudal. Com os bons ventos da liberdade com oportunidades, os homens puseram em questão as ideias de que “a Igreja era a fonte natural do critério ético” (LASKI, 1939, p. 21). A nova ordem que ia se constituindo trazia consigo ideias e práticas que intimidavam a cultura medieval ao mesmo tempo em que as relações entre os antigos senhores e os novos ricos entravam em conflito.

Tudo que os homens de dinheiro queriam, era o direito de conquistar a riqueza com o mínimo de interferência. Para isso, só havia uma saída, mudar os hábitos e atitudes sociais para adequar-se às exigências do capitalismo e apropriar-se do Estado, na certeza de que só ele “possuía o supremo poder coercivo social”, como afirma Laski, capaz de introduzir seus seguidores nas ideias “[...] de que a busca da riqueza por si mesma leva implícito necessariamente o bem social. Aquele que se enriquece por seu próprio feito se transforma num benfeitor social” e não tem necessidade de “justificar suas ações com motivos de origem extra capitalista” (LASKI, 1939, p. 32). Desse modo, os teóricos da nova sociedade resolveram o problema ético do enriquecimento individual, deixando a “mão invisível” de Smith expressar o que era de domínio comum. Enquanto não se chegasse a isso, acrescenta Laski (1939, p. 22), “[...] pode-se dizer com razão que o capitalismo não havia concluído a revolução em que se empenhava”.

Em resumo: a passagem de uma sociedade em que o bem estar individual resultava de uma ação socialmente controlada, não foi um movimento tranquilo, sem luta e sem alterar o fazer e o pensar.

Sabe-se que, no final do século XVI, a base da indústria fabril estava dada e o modo individual de produzir, do artesão e do mestre, fadado a desaparecer, uma vez que a transformação técnica havia contribuído para um rápido aumento da produtividade e, com ela, a expropriação daqueles que antes produziam apenas para sua subsistência. Com o surgimento de livres mercados, justificava-se a divisão do trabalho na sociedade, fundada na ideia da especialização da função produtiva. “A mercadoria ‘força de trabalho’ não tinha apenas de existir, precisava mostrar-se disponível em quantidades adequadas nos lugares onde mais fosse necessária, e, para isso, a mobilidade da população trabalhadora surgiu como condição essencial” (DOBB, 1981, p. 275).

Essa transformação crucial quer seja localizada na passagem da ferramenta da mão humana para um mecanismo, ou na adaptação do implemento a uma nova fonte de energia, transformou radicalmente o processo de produção. “Ela não só exigiu que os trabalhadores se concentrassem num só lugar de trabalho, a fábrica, [...], como impôs ao processo de produção um caráter coletivo, como a atividade de uma equipe meio mecânica e meio humana” (DOBB, 1981, p. 261).

Nesse tempo em que o mercado se expandia, revolucionando as oficinas e subordinando as mais diferentes formas de produção às suas necessidades, certamente, os homens da classe trabalhadora, na Inglaterra, encontravam, na indústria nascente e no comércio em expansão, oportunidades como não se conhecem hoje. As oportunidades de trabalho aumentavam com a extensão do mercado mundial e com os métodos adotados nas fábricas. Foi uma época, como mostra Marx, em que as famílias dos trabalhadores se desmantelaram, transformando todos em mercadoria – colocando todos no processo produtivo. As transformações no processo de trabalho, para atender ao mercado, cooptavam, cada vez mais, trabalhadores de longas jornadas.

A disciplina do trabalho determinava a organização da vida individual,

familiar e social. Não que aquelas sociedades não tivessem problemas, mas eram problemas decorrentes do estágio de desenvolvimento das forças produtivas, como: jornadas de trabalho longas, ambientes de trabalho insalubres, exploração do trabalho infantil, entre tantos outros. São problemas quando se comparam tais situações com as atuais, mas, para a época, correspondia ao grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas. Mandeville, brilhante médico holandês que viveu na Inglaterra, autor da obra *Fábula das Abelhas*, já reconhecia isto no século XVIII. Segundo ele, “as sociedades não podem elevar-se à riqueza e ao poder, nem alcançar o topo da glória sem vícios” (MANDEVILLE, 1982, p. 150). Mesmo acreditando que isto é um mal, admitiu que era em benefício público – necessário para a prosperidade nacional – análise do ponto de vista utilitarista –, por isso não acusa a humanidade pelos vícios, “[...] não há mal que não encerre em si alguma compensação”, portanto, “uma grande nação não pode ser feliz se não dispõe de um grande número de pobres trabalhadores [...], suprimir a pobreza seria ruim, e impossível eliminar o trabalho desagradável” (MANDEVILLE, 1982, p. 190).

A diferença entre hoje e os séculos passados é que antes a produção de mercadorias absorvia a força de trabalho, incluindo e organizando os homens em sociedade, enquanto que hoje exclui e desorganiza a vida social, tendo em vista a aplicação das modernas tecnologias em todos os setores da atividade humana. O que significa afirmar que, na sociedade da liberdade, a exclusão social pura e simples, determinada pelo real crescimento do desemprego, como existe hoje, não existia no processo de desenvolvimento do trabalho fabril. Contudo, como o capitalismo é um modo de produção, em que a propriedade privada do capital está nas mãos de uma classe com a exclusão de outra, a que constitui maior parte da população, as condições de estabelecidas sempre foram de exploração da classe trabalhadora, em qualquer que seja a forma adotada pelo capital para a sua expansão.

Assim, se o capitalismo da época do trabalho fabril dependia de um exército de homens e mulheres, adultos e crianças consideradas indispensáveis na obtenção do lucro, o capitalismo da era da informação mostra que o desemprego aumenta a passos galopantes. Aued (1999, p. 105) entende que,

“atualmente, experimentam os homens a negação daquilo que lhes parece natural: a possibilidade de sobreviverem pelo assalariamento”. Situação observada há mais de 50 anos pelo filósofo e psicólogo Hebert Marcuse, citado por Rifkin (1995, p. 243):

[...] a automação ameaça concretizar a inversão da relação entre tempo livre e tempo de trabalho: a possibilidade do horário de trabalho tornar-se marginal e o tempo livre tornar-se tempo integral, cujo resultado seria uma inversão radical de valores e um modo de vida incompatível com a cultura tradicional.

Vale lembrar que, na produção social regida pelo capital, já estava latente o fenômeno da superação do trabalho vivo pelo trabalho potenciado na máquina. Impulsionando essa luta, o desenvolvimento da ciência, longe de ser uma opção, uma preferência, é a própria forma de ser da sociedade, regida pelas leis da concorrência, uma necessidade dos homens a partir das condições reais nas quais produzem a vida material. Depois que o desenvolvimento do capitalismo forçou a produção de mercadorias destinadas ao mercado pequeno, estável e doméstico a ultrapassar os limites da cidade e alcançar todos os mercados do mundo, os homens viram as diferentes etapas da revolução industrial, que negavam o trabalho vivo em favor da tecnologia, e passaram a viver os conflitos sociais que a transformação do trabalho causa na vida dos indivíduos conceituados como trabalhadores livres.

Na gênese do desenvolvimento das novas forças produtivas, os homens que tinham dinheiro, ou como disse Marx, os burgueses práticos, no século XVIII, já estavam politicamente revoltados com a política mercantilista que regulamentava, restringia ou continha seus negócios. Por desejarem “aproveitar todas as oportunidades proporcionadas pela expansão da indústria e do comércio” (HUBERMAN, 1985, p. 145), exigiam modificações políticas para melhorar os negócios com base na defesa do comércio livre.

Liberdade e oportunidade significavam garantir ao indivíduo o direito de realizar suas satisfações, a segurança absoluta dos direitos de propriedade e o direito do livre comércio, respaldados nos argumentos de que, “se o proprietário é

livre para seguir seu próprio interesse, por necessidade trabalhará pelo bem comum” ou “quanto mais livre de restrições está o proprietário, tanto maior será a produção; e ao dedicar-se aos seus interesses próprios trabalhará para a nação, sua abundância será também a prosperidade dessa” (LASKI, 1939, p. 161).

O que se pretendia era que o Estado se mantivesse totalmente alheio à dinâmica econômica, com suas próprias leis, portanto, um Estado não intervencionista, que deixasse o mercado livre para a autorregulamentação, visto que o equilíbrio poderia ser alcançado pela lei da oferta e da procura. Para os defensores do liberalismo, o mercado resolveria tudo. Para tanto, era preciso defender os ideais da livre concorrência e da iniciativa individual, daí a concepção de que qualquer indivíduo seria capaz de participar, ativamente, na conquista da riqueza. Assim, o homem deixado à sua iniciativa, além de promover-se, promoveria os outros.

O mais conhecido e expressivo defensor do livre comércio, exceto nos serviços essenciais, por estes não atraírem lucros, continua sendo Adam Smith. Segundo ele, a “mais perfeita liberdade representa o único recurso eficiente para encorajar o aumento da produção e, conseqüentemente, o aperfeiçoamento e o cultivo de sua própria terra seria permitir a mais perfeita liberdade ao comércio de todas as nações mercantis” (SMITH, 1981, p. 344).

Dessa forma, a riqueza das nações ficava vinculada à do indivíduo, entendendo que o progresso individual resultaria no bem da humanidade, o que justificava a defesa da liberdade de decisão sobre o que e como produzir: a livre concorrência. Acreditava-se que a livre concorrência, como uma mão invisível, atuaria no mercado, possibilitando uma autorregulamentação entre indústria, comércio e consumo. O que significa que, ao satisfazerem suas necessidades e interesses econômicos próprios, os indivíduos assegurariam a satisfação dos interesses e necessidades da sociedade, alcançando o equilíbrio social.

Em seu livro *a Riqueza das Nações*, Smith defende não só o livre comércio, para aumentar a riqueza das nações, como enaltece a figura do comerciante. Acostumado a empregar seu dinheiro em projetos lucrativos, o “mercador”, esclarece Smith (1981, p. 180), “é comumente um empreendedor

ousado, não lhe importa de que lugar exerce o seu comércio; e um pequenino contratempo fá-lo-á remover seu capital, e com ele toda a indústria que suporta, de um país para outro”.

Na sua obra, a figura do mercador trazia uma tendência intrínseca ao capital, que só pode ser conhecida hoje em toda a sua extensão, que é a mobilidade suprema, quer dizer, o capital não tem pátria, nem ideologia, nem território. Esse desenraizamento tem, na atualidade, sua expressão máxima no mercado financeiro globalizado, o qual visa interligar as instituições financeiras, de caráter privado, com a finalidade de oferecer serviços para quem necessita de dinheiro, onde está a maior parte da riqueza acumulada.

Os jogadores desse “cassino planetário”, na busca da oportunidade, são indivíduos sem pátria e não estão preocupados com as consequências da crise que provocam quando, ao simples clicar de uma tecla, o dinheiro voa de um país para o outro, deixando para trás um povo arrasado, ameaçado pelo descontrole da instabilidade. O que não falta nesses empreendedores são ambição e ousadia. Duas qualidades indispensáveis para promover o crescimento econômico do comércio.

A fim de tirar vantagens das oportunidades que os mercados proporcionavam, os mercadores dos séculos XVI e XVII logo se organizaram em associações. Saída encontrada para seus empreendimentos. Entretanto, com o passar do tempo e a intensificação do comércio atingindo cada vez mais distâncias consideráveis e em regiões desconhecidas, as novas situações exigiram novas respostas. A tradicional organização em associações não condizia mais às novas exigências.

Formaram-se, então, as companhias de mercadores, ou seja, um novo tipo de associação, de modo que pudessem resolver as novas dificuldades da crescente diversidade dos negócios, como comprar ou construir embarcações, engajar tripulação, fornecer alimentação e equipamentos essenciais às longas viagens incertas e perigosas, para as quais não podiam faltar métodos que garantissem a distância de estranhos que, por ventura, se interpusessem em suas

planejadas rotas de comércio. Segundo Braudel (1996, p. 392), em *Os Jogos das Trocas*, é

[...] a possibilidade que tem um mercador francês de associar-se a comandantes dos postos portugueses na costa da África ou a ‘funcionários’ espanhóis da América, até mesmo a capitães de navios mais ou menos escrupulosos [...] para conquistar o mundo, confiscando zonas inteiras do comércio de longa distância.

Conforme Huberman (1985, p. 100), “essas companhias por ações foram as precursoras de nossas grandes empresas de hoje”. De todas as vantagens comerciais possíveis almejadas pelos mercadores associados a uma companhia, destaca-se o direito a um monopólio do comércio, duramente combatido pelos mercadores fora das companhias.

Sobre esse assunto, Dobb (1981, p. 96) mostra que “a classe de mercadores, assim que assumiu qualquer forma de corporação, adquiriu prontamente poderes de monopólio [...]”. Estes “[...] protegiam suas fileiras da concorrência e serviam para transformar as relações de troca em sua própria vantagem, em seus negócios, como produtor e consumidor”. É claro que, para restringir a concorrência e garantir o monopólio, existiam as devidas vantagens para um grupo de negociantes especializados. Ressalta-se ainda que os “pobres artesãos” eram impedidos pelos “burgueses dominantes” de usufruírem da mesma liberdade na questão da compra e venda. Como bem observa Dobb (1981, p. 115),

[...] privilégios exclusivos das companhias mercantis até que pudessem acumular capital bastante [...] para comprar uma posição numa das companhias privilegiadas e abandonar sua antiga profissão, ou lutar para conseguir, para sua própria guilda artesanal, o status de um órgão comercial.

Esse sistema mercantil, sem dúvida, graças à ambição e ousadia dos mercadores, aproveitando das oportunidades que o Estado lhes permitia, cumpriu importante papel “na adolescência” da indústria capitalista na Holanda, Espanha, Portugal, Inglaterra e França, declarada, por alguns autores, como

“essencialmente, a política econômica de uma era de acumulação primitiva” (DOBB, 1981; HOBSEBAWM, 2001).

Na segunda metade do século XVIII, grande parte da Europa viveu um período de prosperidade e de cômoda expansão econômica oriunda de um “acúmulo de decisões de incontáveis empresários e investidores particulares, cada um deles governado pelo primeiro mandamento da época, comprar no mercado mais barato e vender no mais caro”. (HOBSEBAWM, 2001, p. 48). O mercado se diversificava por conta de uma maior quantidade de produtos disponíveis, oriundos dos mais diferentes lugares, os quais podiam ser explorados, facilitados pelas mudanças nos meios de transportes.

Nesse período, se, de um lado, a transformação técnica possibilitou um crescente aumento de produção de mercadorias e de acumulação rápida de riquezas, de outro, favoreceu o aumento “[...] dos trabalhadores das fábricas, submetidos à implacável disciplina da produção mecânica e à terrível ameaça da miséria” (BEAUD, 1987, p. 124). Estava implantada a lógica capitalista de produção, invadindo o campo das ideias e dos valores e, como resultado, mudanças nos modos de pensar e agir, influenciadas pelos mecanismos de produção e do mercado.

Essa lógica é a mesma que vigora ainda, a dos “homens de negócios”. A diferença é que, no passado, quando da consolidação do capitalismo, o processo de desenvolvimento econômico incluía o homem “livre” na sociedade que estava sendo gestada. A economia capitalista dava-lhe a sua forma: a de trabalhador livre ou a de proprietário. Hoje, a tecnologia aplicada a todos os setores da vida o exclui, abandonando-o à própria sorte, fazendo com que carregue o sentimento de fracasso e sem perspectiva.

Nesta etapa, é possível reconhecer uma lógica do capital que os homens não conheciam antes, a de que o capital não tem necessidade do trabalho vivo e nem do trabalhador. As oportunidades de emprego diminuem drasticamente e a liberdade individual passa a ser canalizada para o “mercado clandestino” do sexo, da droga, das armas, dos órgãos humanos, dos falsificados, do crime, lembrando

o grau de desagregação social que decorre da falta de trabalho pelo uso expandido de tecnologias.

Kurz observa que esses crimes estão integrados no contexto maior de uma cultura violenta interna à sociedade, que passa a inundar o mundo todo no curso da globalização.

Fazem parte disso as numerosas guerras civis, virtuais e manifestas, a economia de pilhagem em todos os continentes, a criminalidade de massas armadas, reunidas em bandos em bairros pobres, nos guetos e nas favelas; de modo geral, o universal procedimento da concorrência por outros meios. Por um lado, é uma cultura do roubo e do assassinato, cuja violência se dirige contra os outros; no entanto, os autores assumem o risco de eles próprios serem mortos. [...] são robôs da concorrência capitalista que ficaram fora de controle: sujeitos a crise, eles desvelam o conceito de sujeito moderno, esclarecido, em todas as suas características [...]. Na realidade, a sede de morte representa um fenômeno social mundial pós-moderno que não está ligado a nenhum lugar social ou cultural particular. [...]. Quanto mais a concorrência abandona os indivíduos ao vácuo metafísico real do capital, tanto mais facilmente a consciência resvala em uma situação que aponta para além do mero risco ou interesse: a indiferença para com todos os outros se reverte na indiferença ao próprio eu. (KURZ, 2002, p. 23-25).

Nesse contexto, todos se sentem permanentemente ameaçados por competidores implacáveis na busca desenfreada por oportunidades de ganho. A liberdade sem oportunidade de emprego, de vida digna, é terreno fértil para o império da violência. Santos (2001, p. 3) corrobora quando afirma:

A contradição desse modelo é insanável, já que a liberação das trocas sem condições é um combate de boxe entre um peso-pesado e um peso-leve. [...] os governos estão reféns dos grandes interesses econômicos e a democracia disfarça essa dependência ao ser mais ou menos efetiva nas áreas que não interferem com tais interesses; [...] A violência desse sistema alimenta-se da violência de alguns grupos minoritários que lutam contra ele, [...] ao mesmo tempo em que promove a desregulamentação da economia dos países, impõe uma nova legalidade, torna ilegal proteger os direitos dos trabalhadores ou o ambiente.

Assim, enquanto o livre comércio, em épocas passadas, reordenou os

homens excluídos pelo processo de desagregação da sociedade feudal numa nova ordem social, ampliando-lhes as oportunidades, hoje, historicamente, desagrega a sociedade ao excluir o homem do processo do trabalho ao mesmo tempo em que é considerado um homem livre para produzir sua existência. Esta é a contradição – entre a prática social e o pensamento dominante – que deve ser desvendada para que a História resolva os seus impasses. Assim, o caminho mais adequado para se desvendar a realidade é a educação que se torna revolucionária quando dá conta desta questão como uma necessidade histórica.

Nesse sentido, é preciso valorizar a educação básica, compreendida no sentido das oportunidades, como meio favorável para despertar consciências críticas. Embora a educação não vá solucionar a questão econômica e os problemas de sobrevivência, dela decorrentes, contribuirá para o avanço na esfera política. Desse modo, o grande desafio que se coloca para a educação, na conjuntura atual, é a construção de práticas educativas que favoreçam a formação ética de sujeitos comprometidos, politicamente, “[...] com as lutas de superação das formas de exploração do homem pelo homem” (GAMBOA, 2003, p. 101).

Certamente, a tarefa será árdua, considerando que a educação não está imune às transformações da base material da sociedade. Uma primeira condição é a universalização das oportunidades educacionais de 0 a 18 anos, educação básica, que passa pela luta por um sistema nacional de educação, cuja intenção seja a inclusão da massa excluída, sempre condenada à condição de “ignorantes”, incapazes de exercer seus direitos políticos.

3. A IDEALIZAÇÃO DO TRABALHO E O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS

Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições eqüitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Nações Unidas).

Enquanto a seção anterior, ao abordar a relação histórica entre liberdade e oportunidade na trajetória do desenvolvimento das forças produtivas, mostra, nas lutas pelo avanço capitalista, um modo de produção que aponta, como lembra Ianni (2000, p. 144), para “[...] o desenvolvimento de relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica de alcance mundial [...] desenvolvendo uma nova configuração histórico-social de vida, trabalho e cultura”, esta seção traz, para o debate, o problema que assolou a sociedade, mais fortemente nas duas últimas décadas do século XX: o desemprego que entra em contradição com a filosofia do direito ao trabalho livre.

O fato histórico do desemprego vem ganhando cada vez mais espaço nos Meios de Comunicação Social – MCS – pelo “recorde histórico” que alcançou no período pós-guerra, motivado pela recente revolução da microeletrônica acompanhada das reformas macroeconômicas em âmbito nacional e internacional.

No cenário mundial, colocam-se, na arena, dois grandes times numa ferrenha luta pela sobrevivência. De um lado está o capital representado pelo mercado da troca, movido pela busca da mais-valia. De outro está a grande massa constituída por milhões de trabalhadores “excluídos”, movidos pela luta que se expressa como manutenção da vida. Como em toda arena ou campo onde jogam “importantes” times, o clima é de profunda instabilidade, incertezas, apreensões e tensões quanto ao futuro do capital e da humanidade. No entanto, na grande arena inundada pelo clima de tensões, os trabalhadores sem a compreensão das raízes históricas do problema, ao ficarem sem emprego para

ganhar a sua sobrevivência através do trabalho pessoal, são levados a crer que a única solução para a crise econômica é a criação de mais trabalho.

Entretanto, com a recente revolução da microeletrônica, o modo clássico do trabalho assume novas formas. E, ao passar das mãos dos trabalhadores para a máquina, dispensa, no primeiro mundo, aproximadamente 80% da população apta a trabalhar (DE MASI, 2000, p. 13). Análises e comentários de técnicos da área econômica, política e social apontam que apenas 20% dessa população serão suficientes para manter a economia em movimento. Juan Semovia, diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho – OIT, para a Folha de S. Paulo, em janeiro de 2003, afirmou que “a situação do emprego mundial tem se deteriorado dramaticamente” e que “o desemprego cresceu de maneira mais acentuada nos países latino-americanos e nos industrializados” (DA REDAÇÃO, 2003, p. 3).

Aued (1999, p. 57) aponta como causa dessa problemática o desenvolvimento tecnológico: “A nova realidade decorre da combinação dos instrumentos modificados e adaptados à nova forma de produzir”, deixando dezenas de milhões de pessoas na fila do desemprego. Antunes (2000, p. 178-180) mostra a gravidade do problema existente ao afirmar que

[...] vivenciamos um quadro de crise estrutural do capital, que se abateu no conjunto das economias capitalistas a partir especialmente do início dos anos 1970. [...] de intensidade tão profunda que acabou levando o capital a implementar um vasto processo de reestruturação do capital para recuperar seu ciclo de reprodução, afetando fortemente o mundo do trabalho.

Embora o desemprego tenha sido constante após a revolução industrial, acentuou-se nas últimas décadas do século XX, momento em que o capitalismo se reordenou e procurou se revitalizar diante da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, apoiado nas ideias neoliberais, representando uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno. O movimento neoliberal, ainda em curso, determinado pela pouca intervenção do governo no mercado de trabalho, que se consolida como projeto de sociedade, contribuiu para, de um lado, avançar o número de

desempregados no mundo e, de outro, aumentar os níveis de exploração do trabalho. “O neoliberalismo e o novo complexo de reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotados de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego” (ANTUNES, 2002, p. 35).

Só no Brasil, segundo comentários dos Indicadores Econômicos e Financeiros, da Revista Isto é, Dinheiro (2002, p. 90), “[...] em agosto de 2002, ele foi de 18,3% da População Economicamente Ativa, enquanto no mês anterior era de 18,1%”.

A evidência da precarização do trabalho humano, na forma clássica, está diariamente estampada nas manchetes de jornais, apontando os alarmantes números de trabalhadores eliminados do processo de produção. Sobre a questão, Rifkin (1995, p. 3) mostra que:

Em menos de um século, o trabalho ‘em massa’ no setor do mercado será provavelmente eliminado em praticamente todas as nações industrializadas do mundo. [...]. Máquinas inteligentes estão substituindo seres humanos em incontáveis tarefas, forçando milhões de trabalhadores de escritório e operários para as filas do desemprego ou, pior, para as filas do auxílio desemprego.

A produção em série e de massa, orientada pelo modelo fordista-taylorista, é substituída por novas formas de produção para se adequarem à lógica de um mercado instável, que, diante do aumento da competição e dos riscos dela decorrentes, passam a exigir também a flexibilização da organização do trabalho. Deste modo, “surge com o novo complexo de reestruturação produtiva, o toyotismo, [...] mais um elemento [...] do processo de racionalização da produção capitalista e de manipulação do trabalho vivo” (ALVES, 2007, p. 156), objetivando a recuperação do “ciclo de reprodução” do capital.

Só, paulatinamente, parte dos trabalhadores vai se dando conta de que o trabalho vivo na produção de bens e serviços, até então necessário à reprodução de sua vida, está sendo descartado sem, contudo, impedir o progressivo e rápido crescimento da produção em todos os setores da economia.

Cresce a capacidade de produzir a riqueza, enquanto os diversos setores da economia deixam de gerar empregos. São evidências das contradições do capital, conforme Del Pino (2000, p. 65): “cresce o conhecimento e a capacidade de produzir riqueza, mas aumenta a incerteza sobre a própria sobrevivência do ser humano. A forma capital de relações sociais produz [...] a destruição massiva de postos de trabalho”.

São as significativas e necessárias mudanças resultantes do progresso tecnológico que se operam na relação de forças entre o capital e o trabalho. O trabalho acoplado à ciência não depende mais do trabalhador, mas das modernas e sofisticadas máquinas, “reconfiguráveis” para atender às demandas imediatas do mercado, na busca voraz de lucros. Os poucos trabalhadores empregados têm suas atividades físicas reduzidas. Basta-lhes monitorar o processo de produção por intermédio de ícones em telas. Tornam-se cada vez mais dependentes de programas, cujo processo de produzir não é mais legível para eles.

Sennett (2001, p. 10), ao abordar os efeitos desorientadores do novo capitalismo, revela o intenso contraste entre dois mundos de trabalho:

[...] aquele da rigidez das organizações hierárquicas no qual o que importava era um senso de caráter pessoal, e que está desaparecendo, e o admirável mundo novo da reengenharia das corporações, com risco, flexibilidade, trabalho em rede e equipes que trabalham juntas durante um curto espaço de tempo, no qual o que importa é cada um ser capaz de se reinventar a toda hora.

Portanto, não basta ter consciência de que os novos sistemas de produção dispensam a força viva de trabalho, ou seja, como já lembrou Marx, no século XIX, o trabalho operário deixou de ser a principal força produtiva. Para aqueles que buscam resolver a crise, é retrógrada a via da criação de mais trabalho humano, faltam-lhes os fundamentos para a compreensão aprofundada do processo produtivo da relação trabalho-productividade e sobre as mudanças no mundo do trabalho.

Aos trabalhadores que têm acesso ao mundo do trabalho, as experiências acumuladas de vida e trabalho, antes exigidas, já não têm o mesmo sentido.

Também, já não se identificam com o trabalho que realizam porque não desenvolvem mais as mesmas tarefas por muito tempo. É preciso que estejam abertos às mudanças em curto prazo, além de disposição para assumirem os riscos do “capitalismo flexível”, o qual, segundo Sennett (2001, p. 9), “[...] bloqueou a estrada reta da carreira, desviando de repente os empregados de um tipo de trabalho para outro”. A carreira tradicional, assim como um único conjunto de qualificações na vida de um trabalhador está acabando. De acordo com Sennett, a palavra “job” (serviço, emprego) em inglês do século catorze, queria dizer um bloco ou parte de alguma coisa que se podia transportar numa carroça de um lado para o outro. A flexibilidade, na atualidade, traz de volta o sentido arcano de “job”, na medida em que as pessoas fazem blocos, partes de trabalho, no curso de uma vida.

A dinamicidade do mercado, motivada pelo consumismo e pelo desejo de lucro imediato dos homens de negócios, estimula as rápidas mudanças institucionais, obrigando as empresas a abandonarem a administração tipo piramidal e assumirem a organização em rede. Assim se expressa Ferreira (2002, p. 220) a esse respeito:

As necessidades imperativas de cooperação, de descentralização e de participação dos indivíduos e grupos que trabalham nas empresas para socializar a informação e a comunicação não são compatíveis com as contingências de competição e de concorrência a nível mundial, nem tampouco com as exigências de controle e de coordenação da estrutura hierárquica da autoridade formal da organização do trabalho.

Esse modelo permite a redefinição ou decomposição da estrutura organizacional mais facilmente, conforme as exigências do mercado. Nele, suas tarefas não são claramente definidas, entretanto as promoções e demissões apoiam-se em regras nítidas e fixas. Isto significa que deixam de existir as ligações de longo prazo entre o trabalhador e a empresa. Segundo Granovetter, sociólogo citado por Sennet (2001, p. 25) “as redes institucionais modernas se caracterizam pela força de laços fracos, [...], as formas passageiras de associação são mais úteis às pessoas que as ligações de longo prazo, [...], fortes laços sociais como lealdade deixaram de ser atraentes”.

Na opinião de Sennett (2001, p. 25), “esses laços fracos se concretizam no trabalho de equipe em que a equipe passa de tarefa e muda de pessoal no caminho”. A nova realidade de “curto prazo” e “laços fracos” não exige compromisso e tampouco sacrifício, o que favorece as constantes reestruturações das instituições cada vez mais flexíveis, e onde as relações sociais duráveis não têm lugar. A produção é voltada e conduzida para atender às exigências mais individualizadas de mercado, em menor tempo e com maior qualidade para satisfazer o consumidor, intensificando-se ainda mais a exploração do trabalho. Nesse processo mais flexível de produção, a especialização dá lugar à polivalência. Portanto, estabelece um novo perfil de trabalhador. O que importa é a produção, o consumo e o lucro. Os problemas que decorrem dessa relação devem ser resolvidos pelas forças do mercado.

No novo modelo imposto pelo capitalismo flexível, é comum a divisão ou fusão de empresas, da mesma forma como se assiste ao surgimento de novos empregos e ao desaparecimento de antigas formas de trabalho. É preciso que se entenda que as fusões empresariais não representam fatos isolados. A finalidade é dotar as organizações de maior eficiência e eficácia num cenário econômico cada vez mais competitivo. Segundo avaliação de Fábio Kenji Ota, consultor da Ernest & Young:

[...] em todas as últimas aquisições no setor farmacêutico, em processo de concentração, forma de companhias com problemas de caixa e poucas inovações na linha de produtos, [...] **com as fusões, acredita-se na transformação da indústria.** (SIMÃO, 2002, p. 72, grifo nosso).

Pode-se afirmar que o capitalismo contemporâneo requer organização e estruturação flexíveis em nível empresarial, bem como comportamentos flexíveis dos trabalhadores. Conforme destaca Ferreira (2002, p. 220-221),

A flexibilidade e a polivalência revelam-se não só elementos de integração e de potenciação da qualificação do fator de produção trabalho, como, inclusive, tendem para o fim da divisão de trabalho taylorista. [...]. A flexibilidade e a polivalência do trabalho, exigidas ao fator de produção pelas transnacionais e outras

empresas, para poderem competir com a proficiência devida no mercado, têm-se traduzido na perda de direitos laborais e na destruição de contratos coletivos que tinham sido reivindicados pela classe trabalhadora no apogeu do modelo fordista.

As novas necessidades de consumo que vão sendo criadas no processo social decorrente do desenvolvimento do capitalismo exigem a reinvenção das tradicionais profissões que vão ficando obsoletas no mundo do trabalho. E considerando que as mudanças, hoje, são feitas em tempo recorde, comparadas às que ocorriam nos séculos passados até meados da segunda metade do século XX, concorrem para justificar porque, cada vez mais, os trabalhadores não se identificam com o trabalho que, oportunamente, é realizado como acontecia no passado, quando ainda tinham alguma certeza de que realizariam uma carreira. Ocorre que, no âmbito do processo produtivo, com o avanço da microeletrônica, os trabalhadores são postos continuamente em novas atividades laborativas. Nas palavras de Ianni (1996, p. 15):

O trabalhador é levado a ajustar-se às novas exigências da produção de mercadoria e excedente, lucro ou mais-valia. [...], o que comanda a flexibilização do trabalho e do trabalhador é um novo padrão de racionalidade do processo de reprodução ampliada do capital, lançado em escala global.

Além de comportamentos flexíveis dos trabalhadores, o capitalismo flexível, requer a especialização flexível de produção. Com isso, observa-se que os novos empregos que vão surgindo com a reestruturação das empresas são temporários. Dura o tempo necessário para se colocarem novas demandas do mercado, bem como o do aperfeiçoamento contínuo da tecnologia que vai eliminando antigos postos de trabalho, deixando milhões de trabalhadores à deriva, preocupados com seu futuro.

O temor de perder o emprego [...] avança pelos escritórios comerciais e outros, abrangendo setores outrora seguros da economia. Cargos tidos como vitalícios passam a temporários. Quem ainda ontem tinha uma profissão de futuro poderá sentir subitamente que seus conhecimentos ficaram para trás, suas aptidões perderam valor (MARTIN; SCHUMANN, 1999, p. 139).

O que se experiencia é fruto das contínuas mudanças que vêm se operando desde a primeira revolução industrial, quando a força de trabalho para movimentar as máquinas passou a ser buscada, crescentemente, na energia oriunda de elementos naturais, tomando proporções “tão grandes que mal podemos compreender seu derradeiro impacto” (RIFKIN, 1995, p. 5). Para o autor,

[...] enquanto as primeiras tecnologias industriais substituíram a força física do trabalho humano, trocando a força muscular por máquinas, as novas tecnologias baseadas no computador prometem substituir a própria mente humana, colocando máquinas inteligentes no lugar dos seres humanos em toda a escala da atividade econômica.

Essas modificações permitem às empresas responder com interações inusitadas entre seus trabalhadores e maior rapidez às mudanças voltadas para a demanda do consumo.

Á luz incômoda de suas telas de computador, trabalham os mais competentes engenheiros do grupo Ford, segundo maior fabricante de automóveis do mundo. Bem à vontade, eles demonstram a simbiose entre o ser humano e a máquina. Um projetista de carrocerias passa a caneta eletrônica sobre a prancha de desenho magnetizada, em sua mesa. Uma pressão aqui; uma linha ali, e se o esboço do novo modelo Ford ganha forma na tela, para talvez em breve causar sensação entre os visitantes do Salão do Automóvel. Um som metálico vem do pequeno alto-falante ao lado do monitor: ‘estou gostando disso’, comenta a voz anônima, ‘mas que tal fazermos assim?’. Como que por mãos de fantasma, o carro tem seu esboço modificado: um pouco mais arredondado em cima, mais aerodinâmico nas laterais. O fantasma que desenha junto está em Colônia, Alemanha, na sede européia da Ford. (MARTIN; SCHUMANN, 1999, p. 137).

Dessa forma, a sobrevivência das empresas depende também da sua contínua adaptação às transformações que vão se operando no mercado, porque essa forma de produção demanda rápidas tomadas de decisões. No dizer de Sennett (2001, p. 60), “o ingrediente de mais forte sabor neste novo processo

produtivo é a disposição de deixar que as mutantes demandas do mundo externo determinem a estrutura interna das instituições”.

Sobre as mudanças no mundo do trabalho e a onda de desemprego que assola todas as nações do mundo, independentemente do seu grau de desenvolvimento, Martin e Schumann (1999, p. 139-141) mostram que

[...] setor por setor, profissão por profissão, o mundo do trabalho passa por um terremoto que não poupa quase ninguém. Em vão os políticos e economistas procuram vagas de substituição para os ‘empregos de macacão’ que estão desaparecendo nos estaleiros de Vulkan, nas produções de aviões da Dasa ou nas linhas de montagem da Volkswagen. O temor de perder o emprego igualmente avança pelos escritórios comerciais e outros, abrangendo setores seguros da economia. Cargos ditos vitalícios passam a temporários. Quem ainda ontem tinha uma profissão de futuro poderá sentir subitamente que seus conhecimentos ficaram para trás, suas aptidões perderam o valor.

Todos os trabalhadores na ativa, dos mais qualificados aos menos, não escapam do impasse. As consequências serão cada vez mais duras se mantidas as relações sociais presentes.

A história revela que esta situação não é nova. Ela apenas se agrava com o passar dos anos. Entende AUED (1999, p. 57) que “a humanidade, desde o final do século XVIII, passa a conviver com descobertas nunca antes imagináveis, que contribuem decisivamente para ascender à sociedade capitalista. Dela surgem novas necessidades e emergem, conseqüentemente outros profissionais”. Nesse movimento próprio de uma sociedade dinâmica, as transformações ameaçam constantemente a “estabilidade dos trabalhadores”, se é que esta seja possível no mundo capitalista, observando-se que, na medida em que avança, criando melhores condições de vida, contraditoriamente, ela é ameaçada.

Uma prova de que a instabilidade, desde muito, acompanha a trajetória da humanidade pode ser ilustrada com a citação apresentada por Sennett (2001, p. 32-33): “no fim do século quinze, o poeta Thomas Hoccleve declarou em The

Regiment of Princês: ‘Ai de mim, onde anda essa estabilidade do mundo?’¹ Continuando, o autor observa que “durante a maior parte da história humana, as pessoas têm aceito o fato de que suas vidas mudarão de repente devido a guerras, fomes ou outros desastres, e de que terão de improvisar para sobreviver”. Acrescenta ainda: “O que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo” (SENNETT , 2001, p. 33).

Se antes do século XVIII as incertezas se caracterizavam pela escassez de alimento e outros artigos necessários, fosse pelo fracasso das colheitas, guerras ou outro acontecimento que fugisse à normalidade, hoje, no traçado da defesa do trabalho como essência humana, elas decorrem da superabundância da produção e da “[...] escassez das oportunidades de trabalho necessária e precipitadamente crescente, na estrutura do desenvolvimento tecnológico capitalista” (MÉZÁROS, 2002, p. 1056).

É importante destacar que, no século XIX, com o desenvolvimento da indústria em grande escala, Marx, fazendo uma leitura diferente da que estudiosos contemporâneos seus faziam, anunciava: “o trabalho já não parece fazer parte do processo de produção, [...], o trabalhador passa a ter o papel de observador e regulador do próprio processo de produção”. E enfatizava, “assim que o trabalho, sob forma direta, deixa de ser grande fonte direta, deixa de ser grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa e deve deixar de ser sua medida” (MARX, 1984a, p. 216-225).

Eram os preâmbulos da automação total, já sonhada por Aristóteles (1999, p. 148-149) por volta dos anos 340 a. C.:

[...] se cada instrumento pudesse realizar seu trabalho obedecendo ou antecipando a vontade de outros, [...] se a lançadeira do tear tecesse sozinha e a palheta tocasse a lira, os manufatureiros não precisariam de trabalhadores, nem os senhores precisariam de escravos.

¹ “Alas, wher ys this worldes stabulnesse?”

Há que se concordar com De Masi (2000, p. 14) quando pondera que “hoje o sonho de Aristóteles é quase realidade e grande parte dos objetos que nos circundam é produzida por máquinas e não por homens” e observa “quanto trabalho humano está contido num botão”. Essa revolução no sistema produtivo significa aumento de produtividade com redução drástica de mão de obra.

Há uma década e meia, a Fiat produzia anualmente dez veículos por empregado; hoje, produz 70. Nos últimos dez anos, os negócios italianos com mais de 500 empregados aumentaram 18% e sua produção, reduzindo de 22% a sua força de trabalho (DE MASI, 2000, p. 14-15).

Segundo De Masi (2000, p. 15), essa tendência se acelera em função do progresso tecnológico, alargando a distância entre os que trabalham e a multidão “forçada à inércia e à miséria”, entrevedo com esse progresso “[...] a possibilidade de nos libertarmos definitivamente do trabalho desgastante e de somar as vantagens de que gozavam os homens livres da Grécia antiga: tempo disponível, autonomia, ócio criativo elevado e arte”.

Entretanto, cabe aqui a questão: Como gozar dessa liberdade sem as condições para consumir e/ou usufruir com dignidade desse tempo livre? Desempregados, os trabalhadores, vendo sumir, rapidamente, os postos de trabalho antes disponíveis, sentem-se excluídos do convívio social, do pleno exercício da cidadania marcado pelo livre trabalho.

Esse sentimento não é privilégio dos latino-americanos. Informa Antunes (2002, p. 36),

[...] que hoje atinge também os países do Norte. Até o Japão e o seu modelo toyotista que introduziu o ‘emprego vitalício’ para cerca de 25% de sua classe trabalhadora, hoje já ameaça extingui-lo, para adequar-se à competitividade que reemerge do Ocidente ‘toyotizado’.

O século XX assistiu a uma reversão das relações de produção existentes. Incentivada pela concorrência, a automação foi substituindo, paulatinamente, os trabalhadores das oficinas e escritórios, realidade já prevista por Marx e Engels,

no Manifesto Comunista de 1848 (s/d, p. 28), ao escrever que: “o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna a condição de vida do operário, cada vez mais precária”. Contraditoriamente, a maquinaria que promoveu o crescimento das forças produtivas capitalistas e a automação contrapõe-se a esse crescimento, provocando modificações significativas na estrutura social.

Segundo Coggiola (2002, p. 464),

[...] a nova ordem foi definida por: novos métodos de produção baseados na microeletrônica, práticas de trabalho flexíveis; posição muito reduzida dos sindicatos na sociedade; nova e mais marcada divisão da classe trabalhadora, entre trabalhadores centrais e periféricos; um grau maior de individualismo e diversidade social; domínio do consumo sobre a produção.

François Chesnais (1996, p. 16-17) acrescenta que:

A ascensão do capital financeiro, dada pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros [...], cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira, [...], foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, [...] com base no recurso combinado às modalidades clássicas, de apropriação da mais-valia tanto absoluta como relativa, utilizadas sem nenhuma preocupação com as conseqüências sobre o nível de emprego.

Como bem expressa Ianni (In: REIS FILHO e outros 2000, p. 208-209), o “[...] desenvolvimento do modo capitalista de produção, em forma extensiva e intensiva, adquire outro impulso [...] multiplicando-se assim as suas formas de articulação e contradição [...] destruindo ou recriando outras formas sociais de vida e trabalho”.

Em artigo intitulado *Trabalhadores no Mundo no Final do Século*, Arrighi (1996, p. 355), doutor em economia e catedrático em sociologia, escreveu que “essa mudança não é, de modo algum, uma aberração, mas um desenvolvimento normal da acumulação do capital”.

Para a ordem burguesa de produção, a terceira Revolução Industrial, as grandes inovações tecnológicas, a reestruturação produtiva, as novas relações decorrentes da reorganização do trabalho, a formação dos mercados regionais, orientadas e sustentadas por um sistema de ideias, princípios e concepções relacionadas harmonicamente com os objetivos estabelecidos pela economia de mercado, “[...] têm permitido o aumento substancial da produtividade [...], mas não reverte para a sociedade” (CARDOSO, 2000, p. 114). Seu objetivo é a posse privada, ou seja, a propriedade.

Não se pode negar que essas transformações, no contexto e desenvolvimento das forças produtivas, abriram novos caminhos e desafios para a emancipação social. Neste processo que põe em crise a ordem social burguesa, a transformação das forças produtivas aponta para a negação do trabalho vivo, levando os homens de hoje, a questionarem conceitos gestados pela filosofia clássica, que, durante séculos, constituíram o cotidiano e o imaginário da humanidade:

[...] o trabalho como elemento fundador da sociabilidade humana, como intercâmbio perene dos homens com a natureza, como substrato do homem social. [...] como protoforma da atividade humana, criador de valores de uso e ponto de partida para o reino da liberdade; [...] trabalho como elemento definidor do homem (COGGIOLA, 2002, p. 469).

Paralelo a esse questionamento, juntam-se aqueles relacionados às qualidades do caráter ético. São ideias de conceitos e valores “duradouros” confrontando-se com a realidade de um mundo de curto prazo, caracterizado pela flexibilidade, gerando profundos conflitos entre os que ainda buscam objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo, com tantos novos caminhos e desafios para a cidadania.

O nível de desenvolvimento material alcançado pela sociedade contemporânea parece tornar evidente porque, com tantas liberdades conquistadas, há tão poucas oportunidades para o pleno exercício da tão desejada cidadania para todos, uma vez que a consecução de tal princípio repousa na “visão comum de que a cidadania se alicerça no direito ao trabalho”

(ASSMANN, 2001, p. 212). Ele acrescenta também que há uma “[...] correlação estreita entre cidadania e trabalho (no sentido de emprego justamente remunerado)” considerando que “a mediação histórica fundamental da cidadania básica é o acesso seguro aos meios para uma existência humana digna”.

Assim, tem-se um conceito de cidadania que ultrapassa os limites da simples ideia de cidadania como um conjunto de virtudes cívicas – práticas que constituem o cumprimento das obrigações e deveres do cidadão, que, segundo a concepção marxista, sem acesso aos benefícios materiais da economia, é impossível de ser mantida a cidadania em termos políticos.

Isto porque, na sociedade capitalista, as necessidades da espécie humana foram subjugadas às necessidades do capital, para atender às necessidades autoexpansionárias de um sistema fetichizado e alienante de controle social, que deve subordinar tudo ao imperativo de acumulação de capital que, nas últimas décadas, vem acompanhada de “[...] conceitos e práticas que dão forma às novas relações econômicas, políticas e culturais” (AZEVEDO, 2000, p. 189). O mesmo autor observa que

[...] a chamada Terceira Revolução Industrial, as grandes inovações tecnológicas, a reestruturação produtiva, as novas relações decorrentes da reorganização do trabalho, a formação dos mercados regionais são elementos historicamente colocados pelos novos parâmetros de desenvolvimento econômico capitalista.

Em outras palavras, é o resultado do que Marx já havia anunciado aos homens de sua época, de que o livre comércio aceleraria a “revolução social”.

Como explicou Marx, superando a ideologia burguesa, esse processo não é intrinsecamente negativo, ele constitui as condições materiais para que os homens busquem estabelecer relações sociais que distribuam mais equitativamente as riquezas sociais conquistadas. Partindo de Marx, Azevedo (2000, p. 192) destaca o que assola a maioria dos homens atualmente. “O problema está no monopólio dos avanços científicos e das novas tecnologias pelos grandes oligopólios que controlam a economia internacional”,

impossibilitando grandes parcelas da população ao acesso da riqueza possibilitada pelo grande desenvolvimento das forças produtivas.

Nesse sentido, os estudiosos da história social do capitalismo mostram que as mudanças são “[...] reações características do capital à intensificação das pressões competitivas decorrentes de todas as grandes expansões do comércio e produção mundial” (ARRIGHI, 1996, p. 309). O capitalismo passa de uma fase para outra, como, por exemplo, da expansão material para a financeira, sem, contudo, alterar as regras da distribuição da riqueza, sem negar as relações sociais estabelecidas ainda na manufatura.

O novo estilo de acumulação do capital, que trouxe a grande promessa de conduzir “à igualização”, de “vida decente para todos”, do “exercício pleno de cidadania” abriu novas perspectivas de vida. Mas, há pouco menos de duas décadas, os trabalhadores se depararam com uma realidade de desemprego, de trabalho precário, de miséria e de destruição dos direitos conquistados através de muitas lutas. Esta realidade demonstra a impossibilidade de um sistema que se sustenta com base na acumulação, sacrificando as camadas populares, contribuir para que os trabalhadores se realizem como “seres humanos”.

Diante do real, os desafios que se colocam para enfrentamento desta realidade, só se superam com a conquista de uma escola pública capaz de garantir a todos o acesso, ao “saber” necessário para que possam construir as bases para a reflexão crítica e o desenvolvimento das condições para uma ação em favor da vida, cujo fim seja a construção de outra sociedade, sociedade sem classes. Portanto, uma escola pública comprometida com a construção da cidadania.

4. CAPITALISMO, TRABALHO E EDUCAÇÃO

A disputa sobre a realidade ou não-realidade do pensamento isolado da práxis – é uma questão da *escolástica*. (Karl Marx)

Existe um consenso entre uma significativa parte de intelectuais e pesquisadores, das mais diversas ciências, de visão humanista tradicional, de opção neoliberal e neoconservadora, e do povo em geral, de que a crise social – desemprego, drogas, violência, criminalidade – que assola a prática dos homens no mundo atual, inclusive no Brasil, tem por causa uma crescente crise moral.

Pode-se constatar este encaminhamento do pensamento quando se explicam os problemas existentes de inúmeras formas. Uma delas, que caracteriza muito bem o modo particular de responder às situações incômodas desta época, é a decisão de um provedor gratuito de acesso à *internet* que criou um programa que tem por título “IG Cidadania”. Na divulgação do mesmo, lê-se, em conhecida revista brasileira:

O Portal Solidário – Vamos juntos participar de uma sociedade mais solidária. O IG está completando três anos de existência e resolveu comemorar com uma ação social: o provedor criou o IG Cidadania, um espaço virtual dedicado especialmente a notícias e projetos do Terceiro Setor². No canal faça alguma coisa, serão veiculadas as últimas novidades sobre o tema, além de dicas de como ser um voluntário. (EMPRESAS DO BEM, 2003, p. 15)

Este é apenas mais um dentre os inúmeros chamados veiculados nos Meios de Comunicação Social – MCS – a partir de, aproximadamente, meados da década de 90 do século XX, adentrando ao século XXI, que buscam, pelo exercício da sensibilização emocional do povo, incentivar o voluntariado,

² Terceiro Setor – uma terceira força, independente do mercado e do setor público – “[...] conhecido como setor independente ou voluntário. É o domínio no qual padrões de referência dão lugar a relações comunitárias, em que doar do próprio tempo a outros toma o lugar de relações de mercado impostas artificialmente, baseadas em vender-se a si mesmo ou seus serviços a outros” (RIFKIN, 1995, p. 263).

acreditando estar, por meio dele, propondo soluções aos problemas advindos da falta de oportunidades em nossa sociedade. Pelo caminho da subjetividade humana, um aumento significativo desses chamados convocativos, das mais diversas origens e tendências políticas, religiosas, econômicas e culturais de caráter moralista e filantrópico, vêm tentando envolver na ação voluntária indivíduos isolados ou grupos de diferentes classes sociais.

Todavia é conveniente observar que esse tema, o da solidariedade, tem avançado. Segundo Assmann e Mo Sung (2000, p. 35-73), “[...] não é mais exclusividade dos intelectuais ou dos pesquisadores dos organismos ou militantes sociais, [...] já faz parte do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional”.

Esses autores, no livro *Competência e Sensibilidade Solidária: educar para a esperança*, em que o assunto de fundo é a inclusão da sensibilidade solidária na dinâmica do desejo das pessoas, ao mostrarem

[...] o efeito sócio-afetivo [...] (des)mobilizador das linguagens denunciatórias iracundas e apocalípticas, que costumam ter como pano de fundo o pressuposto de um ‘grande inimigo’, cuja eliminação – por um imprevisível lance revolucionário ou por uma fantasiosa intervenção divina – recolocaria todas as coisas no seu devido lugar (ASSMANN; MO SUNG, 2000, p. 22),

fica claro como o tema é utilizado, em nível de discurso e prática, para solução mágica dos problemas gerados pelo capitalismo, de formas diversas, isoladas e descontextualizadas, socializando valores que favorecem a reprodução desta sociedade que explora o trabalho como mercadoria, que condena grandes contingentes da população à pobreza e à exclusão, portanto, “reduzido à questão da eficácia econômica” (ASSMANN; MO SUNG, 2000, p. 53).

Esses autores exemplificam suas reflexões sobre o tema da solidariedade e da inclusão social, que já não é mais exclusividade de intelectuais e organismos militantes sociais, com trechos de discursos oficiais proferidos por dirigentes do Banco Mundial e FMI na década de 1990, e que se julga pertinente transcrevê-los:

1992 - Em palestra, no Congresso Nacional, à Associação Francesa de Dirigentes Cristãos de Empresas – CFPC –, Camdessus, diretor-geral do FMI, declarou:

Vocês são membros de mercado e de empresa, em busca de eficácia para a solidariedade. O FMI foi criado para por a solidariedade internacional ao serviço dos países em crise que se esforçam por tornar suas economias mais eficazes. A busca da eficácia em e pelo mercado, e vocês sabem, como eu, quão relacionadas estão eficácia e solidariedade: estamos no mesmo terreno³ (p. 53).

1997- Em discurso à Assembleia dos Governadores, James Wolfensohn, presidente do Banco Mundial, disse:

Quando descia aquele morro, voltando daquela favela, percebi que este é o desafio do desenvolvimento-inclusão. Trazer as pessoas para uma sociedade da qual elas nunca fizeram parte até agora. É para isto que o Grupo do Banco Mundial existe. É para isto que todos nós estamos aqui hoje. Para ajudar que isto aconteça para o povo. [...] Este – desafio da inclusão – é o principal desafio do desenvolvimento em nossa era. [...] Quero ser muito claro neste aspecto. Não estou advogando uma teoria darwiniana de desenvolvimento, mediante a qual se abandonam os menos capazes pelo caminho. Muito pelo contrário. A nossa meta é apoiar os incapacitados a se capacitarem. Tudo isso tem a ver com a inclusão⁴. (p. 54)

1998 - Em discurso durante a Conferência de Economia Política e Equidade, Nancy Birdsakk, vice-presidente do BID, diz que:

[...] a desigualdade latino-americana tornou-se uma desigualdade destrutiva [...] não levaria ao crescimento econômico porque produz incentivos perversos: os pobres são excluídos enquanto os ricos se beneficiam de privilégios e da renda⁵ (p. 55).

³ Documents Episcopat : Bolletin du Secretariat de la Conférence des Évêques de France, n. 12, jul. –ago./1192, p. 1 (*apud* ASSMANN; MO SUNG, 2000, p. 53).

⁴ WOLFENSOHN, James D. Discurso à Assembleia de Governadores. Hong Kong, 23/09/97. Disponível na Internet, jun. 2000.

⁵ BIRDSALL, N. Remarks on equity issues in a globalizing world. IMF Conference on economic policy and equity. Washington, D.C. June 8, 1998. Disponível na Internet, jun. 2000.

1998 - Em discurso na Cúpula das Américas, no Chile, James Wolfensohn, presidente do Banco Mundial, ao propor o fim do “Consenso de Washington” e substituí-lo pelo “Consenso do Chile” disse:

Este novo consenso é baseado no reconhecimento da suprema importância do que eu chamei alguns meses atrás, em Hong Kong, o desafio da Inclusão – o desafio de garantir que o progresso econômico possa tornar-se uma realidade na vida de todo o povo desta região, especialmente dezenas de milhões que ainda até agora foram deixados para trás⁶ (p. 54-55 grifo ...).

1999 - Em discurso à Junta Confederativa da Confederação Mundial do Trabalho, em Washington, Camdessus, diretor-geral do FMI defendeu:

[...] os valores que permitem humanizar um mundo que está em busca de sua unidade e que permitirão por sua vez o reencontro de todos os homens. Destes valores mencionarei três, muito relacionados entre si: responsabilidade, solidariedade e espírito cívico. [...] Solidariedade porque indubitavelmente o avanço na luta contra a pobreza exige um esforço internacional de grande envergadura, empreendido com espírito solidário⁷ (p. 53).

1999 - Em discurso ao Instituto de Estudos Superiores da Empresa – IESE –, da Espanha, Camdessus, diretor-geral do FMI, afirmou:

A tarefa é decididamente monumental somos a primeira geração, na história, chamada a organizar e administrar o mundo, não desde uma posição de força como de Alexandre, o César ou os aliados ao término da Segunda Guerra Mundial, senão através do reconhecimento das responsabilidades universais de todos os povos, da igualdade de direitos ao desenvolvimento social e do dever universal de solidariedade.⁸ (p. 53-54).

⁶ WOLFENSOHN, James D. The Santiago Consensus – From vision to reality. Speech to the summit of the Americas Santiago, 19/04/98. Disponível na Internet, jun. 2000.

⁷ CAMDESSUS, M. Como reforzar el vínculo entre lo económico y lo social en el marco de una economía globalizada. Washington, 26/10/1999. Disponível na Internet., jun. 2000.

⁸ CAMDESSUS, M. De las crisis de los años noventa al próximo milenio. Madri, 27/11/99. Disponível na Internet, jun. 2000.

Ao analisar os discursos, fica evidente que seus autores ressaltam, primeiramente, a tônica dada ao tema solidariedade por esses organismos, reduzindo-o à eficácia econômica, além de reforçar a crença de que esta “só é possível através dos mecanismos de livre mercado”. Segundo, o que antes era considerado mera exigência ética, passa a ser exigência sistêmica, isto é, “[...] necessária para uma reprodução e desenvolvimento do próprio sistema” (ASSMANN; MO SUNG, 2000, p. 53-55). Não há dúvidas de que, na tônica desses discursos, estão dados os limites para a solidariedade ao se conjugar solidariedade com economia.

É possível inferir que, funcionando ou não como uma espécie de *mea culpa*, dependendo da origem e tendência, a convocação do voluntariado, em uma sociedade de classes, responde a uma necessidade imperativa de se restabelecer a ordem na sociedade, num momento em que o capitalismo, ao enfrentar “[...] sua crise estrutural mais profunda [...] vem se materializando nas inúmeras formas de violência, exclusão e barbárie” (FRIGOTTO, 1995, p. 15).

Embora os discursos nem sempre tenham como intenção a verdadeira ação solidária, eles revelam o nível de tolerância da sociedade diante da crise estrutural que vem experimentando.

Entende-se ser importante ressaltar que organismos internacionais de grande repercussão mundial, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO –, a Organização das Nações Unidas – ONU – e outros, vêm cumprindo seu papel de grandes controladores da sociedade. Evidência disso foi a Assembleia Geral da ONU que proclamou 2001 como o Ano Internacional do Voluntariado. O ato teve apoio de 123 países, entre os quais o Brasil, com o objetivo de aumentar o reconhecimento, o intercâmbio e a promoção do voluntariado em todo o mundo. O momento foi marcado por inúmeros debates, produções e divulgação através da mídia.

Villela, empresária brasileira e presidente do Comitê Brasileiro do Ano Internacional do Voluntariado, em artigo divulgado na Folha de S. Paulo (2001, p. 3), que tem por título: *Incluir os Excluídos* escreveu: “no último milênio, a cultura

ocidental valorizou o conceito de 'ter'. Agora caminhamos para uma nova era, a da valorização do 'ser'. Ser cidadão solidário e ser voluntário”.

Com forte apelo à educação da subjetividade humana, a empresária afirma, acreditando estar marcando uma profunda diferença entre o passado e o presente na efetivação de uma almejada justiça, que

O trabalho com o voluntariado é, em parte, mostrar caminhos, apontar maneiras de atuar e valorizar empreendimentos concretos, já existentes, em busca de uma sociedade mais justa. É hora de fazer, de por a mão na massa, de tornar realidade os nossos sonhos e de tornar eficazes as nossas idéias. Ao passar pela vida, importante é marcar a diferença.

O novo, nesse traçado, coloca toda a sua gestação no plano da sensibilização para a justiça e da criatividade que possa levar à sua efetivação: “queremos incentivar a criatividade e as iniciativas individuais e coletivas”, afirma a autora. Em nenhum momento de sua análise ela coloca em pauta a necessidade objetiva do capital que gesta, no seu percurso, não só a riqueza, mas a própria exclusão social como um produto de seu desenvolvimento.

Ao abstrair a lógica histórica do capital compreendido como produção social, Villela (2001, p. 3) pode, apelando para o bom sentimento, fazer um discurso que naturaliza a liberdade ao defender que “o grande desafio deste novo século é incluir os excluídos [...]”. Nesta linha de raciocínio, propõe operacionalizar a liberdade como um ideal a ser efetivado para todos e conclui que “o grande desafio deste novo século é incluir os excluídos. [...] Custa muito pouco oferecer uma oportunidade a um desses nossos irmãos desprovidos de condições reais de cidadania”.

O artigo de Villela informa que “o Brasil é o quinto país em número de voluntários, totalizando 20 milhões de pessoas”. Dentre as ações voluntárias, destaca a proposta de educação voltada para a cidadania, incluindo o tema saúde, e observa que “o Centro de Voluntariado de São Paulo está oferecendo voluntários capacitados para as escolas de ensino médio com a finalidade de formar o doador do futuro”.

O homem do futuro se apresenta, neste discurso, antes de qualquer outra coisa, como um “doador” de tempo livre, de solidariedade, de amor ao próximo, de sangue, de órgãos, etc. Em outras palavras: como queria Platão em sua obra *República*, a virtude deve ter, na balança, o mesmo peso da riqueza. Mostrando-se boa discípula do filósofo grego, Villela conclui seu artigo convocando o leitor para que cada um “[...] torne-se um voluntário e ajude a construir a cidadania e minorar os problemas sociais que afetam o Brasil”.

As questões problemáticas tanto quanto as propostas de solução são manifestadas nas mais diversas formas e linguagens, sem, contudo, perder a sua essência reformista. Embora parte significativa dos defensores da solidariedade / voluntariado vincule os problemas sociais com a falta de oportunidades no mundo do trabalho, acaba relacionando a solução com aumento de produtividade e competitividade.

Mendonça (2002, p. 86) demonstra ser um típico representante desse grupo ao afirmar que, “do ponto de vista econômico, problemas sociais como a pobreza extrema e inelutável reduz a competitividade do país e restringe suas possibilidades de mover a economia pela força do mercado interno”. Sua reportagem, *O Paradoxo da Miséria*, que retrata a realidade do Brasil em números, fatos, fotos e críticas, mostra que o problema pode ser atacado com sucesso, pontuando que o programa Comunidade Solidária, criado pelo Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso e pilotado pela primeira-dama, possibilitou o surgimento da parceria entre os três níveis de governo e as organizações da sociedade civil.

Ao dar ênfase à ação solidária como solução para amenizar os problemas sociais que assolam o território nacional, escreve:

Graças ao Comunidade Solidária e ao chamado Terceiro Setor, a assistência social vive um momento especial. Um exército de voluntários, que já conta com mais de 20 milhões de pessoas, ajuda a tornar menos sofrida a vida de doentes, menores e idosos abandonados e os miseráveis (MENDONÇA, 2002, p. 89).

Na Folha de S. Paulo, outro artigo, intitulado *Fé no Voluntariado*, destaca que, embora o voluntariado seja uma das tônicas das tradições religiosas,

[...] ele é o vértice que, acima de religiões e partidos políticos, congrega todos os que, conscientes de nossa dívida social, queremos construir uma sociedade e um mundo fundados na solidariedade e na tolerância, na justiça e na paz (RAMOS, 2001, p. 3).

Independentemente das divergências e convergências de opiniões com relação à defesa da solidariedade, estes e outras centenas de chamados manifestam que ela “[...] se transforma em bandeira abrangente para enfrentar a crise [...] do mundo de hoje” (ASSMANN; MO SUNG, 2000, p. 69). Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – “referendam” uma ação social que privilegia a formação de um determinado perfil de cidadão, alguém capaz de ser solidário diante da crise.

Nota-se que tem crescido o grupo de intelectuais que, orquestrados por organismos internacionais, os quais colocam a solidariedade como princípio organizador da sociedade, defende o Terceiro Setor ou Terceira Via como solução para uma sociedade em que o setor de mercado e o setor público desempenham um papel cada vez mais reduzido na vida cotidiana dos seres humanos em todo o mundo. Dentre eles, destaca-se o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que, em junho de 2000, anunciado pela Folha de S. Paulo, esteve em Berlim, em sessão que reuniu chefes de governo de 13 países, defendendo a Terceira Via, a qual chamou de “nova utopia”, capaz de “cimentar a coesão social hoje esgarçada”. Para o então presidente brasileiro na época, a nova utopia apresenta duas características centrais: aponta em direção a uma sociedade plural e solidária que, em clima de liberdade, atualiza-se a cada dia pelo próprio exercício; e evidencia a democracia radicalizada, que não extingue os conflitos sociais, mas “[...] convive e bem com o dissenso, já que privilegia a persuasão, a acomodação permanente e incansável dos interesses conflitantes” (CONSELHO EDITORIAL, 2000, p. 16).

Tendo por base os mecanismos da ordem produtiva e sua vocação por um mercado global, Santos (2000, p. 54) lembra que, historicamente, cresce, no plano econômico, a luta privada:

[...] acumulam-se dificuldades para um convívio social saudável e para o exercício da democracia. [...] levantam-se utilitarismos como regra de vida mediante a exacerbação do consumo, do narcisismo, do imediatismo, do egoísmo, do abandono, da solidariedade, com a implantação galopante de uma ética pragmática individualista.

Para o autor, o exercício do privado como eixo da produção regida pelo capital dificulta o convívio entre a diversidade dos diferentes e dos desiguais gestados em sociedades cada vez mais multiculturais e pluriétnicas.

Sobre o progresso técnico e a ideologia da globalização, Santos (2000, p. 64-65) traduz o verdadeiro objetivo da segunda:

É irônico recordar que o progresso técnico aparecia, desde os séculos anteriores, como uma condição para realizar essa sonhada globalização com a mais completa humanização da vida no planeta. Finalmente [...] se realiza, mas não a serviço da humanidade.

E mais:

A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva de cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada (p. 65).

Para Rifkin (1995), o desenvolvimento das forças produtivas, gestado pelos interesses privados da classe detentora do capital, representa um declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força humana global de trabalho. Este autor, que busca analisar, na década de 1990, o impacto da tecnologia na sociedade e os problemas de base que levaram ao seu desequilíbrio, afirma que o mundo capitalista está entrando em uma nova fase da

história, caracterizada pela diminuição sistemática e inevitável dos empregos. Esta questão, traduzida pela aplicação da ciência ao trabalho, põe em discussão a própria explicação do homem, justificada pela filosofia clássica burguesa como “potencialidades”, como “trabalho”. Como escreveu Rifkin (1995, p. 260): “após séculos definindo o valor humano em termos estreitamente produtivos, a substituição maciça do trabalho humano por máquinas deixa o operário sem uma definição própria e sem função social”.

Nesse contexto, cidadania e solidariedade são temas que, aliados à defesa da necessidade de uma melhor e maior preparação para o trabalho, ocupam a legislação educacional das últimas décadas do século XX. Temas de uma civilização, até um passado próximo, fundada no emprego. De uma forma geral, essa legislação não traz, no seu conteúdo, a compreensão das transformações apontadas por Rifkin (1995), as quais, por sua vez, fazem com que o próprio homem, ou melhor, a explicação sobre sua essência humana contida na filosofia burguesa seja posta em questão por causa do nível de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas.

Embora as mudanças na legislação educacional brasileira, desde os anos de 1980, tenham tido a participação da sociedade civil organizada, contando com o envolvimento dos intelectuais da educação, pesaram, na aprovação final da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira – LDB –, em dezembro de 1996, hoje em vigor, os ideais da filosofia liberal: trabalho, direito, liberdade, potencialidades e tolerância. Estes princípios continuam sendo interpretados como básicos para orientar a formação do cidadão para o convívio social.

Nesse sentido, observa-se que a expansão escolar, orientada pela legislação pertinente, tem sido associada à ampliação dos direitos de cidadania e das políticas de bem-estar à maioria dos cidadãos, cumprindo, assim, na visão da classe dominante, papel importante na legitimação do sistema político em vigor, na modernização do país e na sua integração com o mundo globalizado. Pode-se afirmar que, desse modo, acredita-se que o cidadão torna-se habilitado para participar da economia, da política e usufruir dos benefícios da sociedade

moderna. Assim como, nos anos de 1960 e 1970, justificava-se o investimento na educação como estratégia de crescimento econômico de longo prazo.

Na defesa da Educação para Todos, projeto de Educação para os países em desenvolvimento, a partir da última década de século XX, nos vários documentos que antecederam a aprovação da nova LDB, justificava-se a sua importância para a prosperidade dos indivíduos, da comunidade e da sociedade em geral, na medida em que possibilitaria níveis mais elevados de convivência e produtividade. Não porque todos os escolarizados terão oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, mas pelas “competências e habilidades” que tiverem desenvolvido para a sua inserção no mundo do trabalho e na vida social. Essas novas expressões de linguagem, ao se referirem sobre os objetivos na formação do indivíduo, proliferam no ideário educacional, porque, segundo Assmann (2000, p. 213), “ocupa lugar importante nos documentos do MEC” na década de 1990, mais especificamente a partir de 1996, quando a UNESCO, no intuito de servir à paz e à compreensão entre os homens, num mundo complexo, desintegrado e globalizado, “constantemente agitado”, revisou o conceito de educação e lhe deu importante papel na luta contra a exclusão.

O discurso contido nesse “importante Relatório”, organizado pela UNESCO, que traz como título: *Educação: um tesouro a descobrir*, acena que o crescimento econômico perde sentido se não houver o desenvolvimento social e aponta para uma educação que se ocupe das chamadas competências humanas e sociais. O capítulo quatro do referido Relatório destaca os pilares da educação do futuro já nas primeiras linhas e com a seguinte expressão:

[...] o próximo século submeterá a educação a uma dura obrigação [...] deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro (DELORS, 1998, p. 89).

E completa, ainda, o primeiro parágrafo: “à educação cabe fornecer o mapa desse mundo [...] e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele”. Ressalta-se, nesse trecho do Relatório, a preocupação com a

aquisição de competências para adaptação às mudanças empreendidas pela civilização e, em decorrência, pelo conhecimento.

O Relatório propõe a mudança do comportamento humano, convocando para a construção da solidariedade com base nos ideais liberais. Se, de um lado, a sociedade se desenvolve mediante práticas calcadas nos princípios da livre concorrência, tendo como fortes valores a competição e o mérito, cujos efeitos só podem resultar na dificuldade de convivência e na exclusão, por outro, cobra-se que os indivíduos sejam educados para se transformarem em cidadãos solidários e, com base nas competências que tiverem desenvolvido – convivência pacífica, respeito, tolerância –, passem a integrar as sociedades multiculturais e pluriétnicas, as quais, segundo o Relatório Delors, possam ser transformadas numa sociedade intercultural.

A essa questão, o Relatório *Educação: um tesouro a descobrir*, elaborado para UNESCO, em 1996, e que orientou a atual reforma da educação brasileira, parece ter a solução para os problemas da prática social quando aponta que uma das tarefas essenciais da educação consiste em “ajudar a transformar a interdependência⁹ real em solidariedade desejada” (DELORS, 1998, p. 47).

Méda (2000, p. 37-38), em entrevista ao sociólogo André Parinaud, entende que

[...] a sociedade fundada sobre a liberdade dos indivíduos, é hoje de tal forma aberta que ela não é mais uma sociedade, mas uma coleção de indivíduos agrupados pelas necessidades do momento. [...], é preciso substituir o imperativo do desenvolvimento humano (faculdades físicas, morais, civis, políticas, econômicas). Devemos tomar em conta os desejos de paz, de bondade, de relações de educação, de palavra, de participação e os tomar a sério, reconhecendo-os como componentes essenciais do bem-estar social, pois este não se reduz às questões econômicas.

Estas e outras constatações levam à defesa da educação para a convivência – aprender a viver juntos –, um dos pilares do conhecimento, que,

⁹ Ver Assmann e Mo Sung. **Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2000. p. 74-106.

congregado a outros três – aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser –, defendidos no Relatório Delors (1998), permitirão à educação cumprir sua missão.

Por essas questões, como bem expressa o Relatório, os membros da Comissão compreendem que, para enfrentar os desafios do século XXI, é preciso

[...] assinalar novos objetivos à educação. [...] mudar a idéia que se tem da sua utilidade. Uma nova concepção ampliada de educação devia fazer com que todos pudessem descobrir, reanimar e fortalecer o seu potencial criativo-revelador o tesouro escondido em cada um de nós (DELORS, 1998, p. 90).

Segundo a Comissão, deve-se “ultrapassar a visão puramente instrumental e passar a considerá-la em toda a sua plenitude: realização da pessoa que, na sua totalidade, aprende a ser” (p. 90) e a conviver. Tal destaque reforça a defesa dos organismos internacionais, voltados para a globalização, para o desenvolvimento das competências humanas que respondam aos desafios contemporâneos da produção tecnológica.

Por ocasião da apresentação da edição brasileira desse Relatório, o então Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, ao apoiar a publicação no Brasil, pontua três aspectos:

As teses defendidas no Relatório, da educação básica à universidade, voltam-se essencialmente para o desenvolvimento humano entendido como evolução da ‘capacidade de raciocinar e imaginar, da capacidade de discernir, do sentido das responsabilidades’.

O Relatório dá especial ênfase ao papel dos professores como agentes de mudanças e formadores do caráter e do espírito das novas gerações, tendo em vista a necessidade de evitar os preconceitos étnicos e o totalitarismo.

Destaca, também, o papel político daqueles a quem compete assegurar, ao mesmo tempo, a estabilidade do sistema educativo e a capacidade de se reformar e garantir a coerência do conjunto (DELORS, 1998, p. 9-10).

Segundo o próprio Ministro da Educação, o Relatório contribui para o processo de reformas já desencadeado pelo MEC, a partir dos anos 1980, em

resposta às reivindicações de vários movimentos sociais pela escola pública, os quais “entendiam ser a luta por melhores condições de vida para seus filhos” (NOGUEIRA, 2001, p. 21).

Sobre as reformas desencadeadas pelo MEC e inspiradas no Relatório Delors – proposta educacional da UNESCO –, observa-se a preocupação com o desenvolvimento do que se passou a chamar “competências básicas”. Atribui-se a elas a possibilidade das novas gerações serem preparadas para o constante “aprender a aprender e aprender para toda a vida”. Parece, portanto, que esta é uma das principais causas de os homens serem mal sucedidos no emprego – e não as contradições entre capital / trabalho –, o fato de não estarem sendo preparados para as constantes transformações sociais. Na compreensão da Comissão, não basta acumular uma quantidade de conhecimentos de que se possa abastar-se indefinidamente, mas ser capaz de buscá-los continuamente, para “adaptar-se ao mundo em mudança”. Essa forma de conceber o conhecimento provoca uma alteração no modo de compreender o ato de educar, superando a visão instrucional que dá ênfase às experiências de aprendizagem.

Esse Relatório, que passou a ser referência para a educação brasileira, dá destaque, assim como os discursos e defesas abordados no início deste capítulo, ao papel da educação na luta contra a exclusão, enfatiza a participação democrática, alerta que o crescimento econômico perde seu sentido sem o desenvolvimento social e insiste na visão de um mundo solidário. Assim, coloca a educação como: “[...] via que conduz a um desenvolvimento humano, mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras [...]” (DELORS, 1998, p. 11). Entretanto em nenhum momento faz alusão de um mundo sem as práticas competitivas, ou seja, da possibilidade de outra sociedade. A proposta é que esta se torne harmoniosa valendo-se de uma sensibilidade solidária.

As competências básicas, defendidas no Relatório, são destacadas nos documentos do MEC, a partir do Plano Decenal de Educação para Todos, ao propor estratégias para universalização da educação fundamental e erradicação

do analfabetismo (BRASIL, 1993, p. 37). Classifica as competências básicas em cognitivas e sociais e as específicas. O domínio cognitivo inclui:

[...] habilidades de comunicação e a expressão oral e escrita, de cálculo e raciocínio lógico, estimulando a criatividade, a capacidade decisória, habilidade na identificação e solução de problemas e, em especial, de saber como compreender (BRASIL, 1993, p. 37),

O domínio da sociabilidade inclui: “[...] desenvolvimento de atitudes responsáveis, de autodeterminação, de senso de respeito ao próximo e de domínio ético nas relações interpessoais e grupais” (BRASIL, 1993, p. 37).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs –, propostos pelo MEC (BRASIL, 1998), por sua vez, consideram as diretrizes da política educacional indicadas no Plano Decenal de Educação para Todos e as perspectivas quanto à formação da cidadania estabelecida em Conferências e Relatórios organizados internacionalmente e as traduzem em objetivos do ensino fundamental, os quais preveem o desenvolvimento de diferentes capacidades: cognitivas, afetivas, motoras, éticas, estéticas, de relação interpessoal as quais “estão na raiz da capacidade de inserção social” (BRASIL, 1998, p. 74).

Neste sentido, ao se atribuir à escola a “[...] função de potencializar o desenvolvimento de todas essas capacidades, de modo a tornar o ensino mais humano, mais ético” (BRASIL, 1998, v. VI, p. 69), os PCNs apontam que essas são condições fundamentais para o exercício da cidadania. Tais condições são traduzidas, no documento introdutório dos PCNs, como: “acesso de todos à totalidade dos recursos culturais relevantes para a intervenção e a participação responsável na vida social” (BRASIL, 1998, p. 33).

Revisitando o Relatório coordenado por Delors e observando as características que definem o “novo cidadão”, percebe-se que o conteúdo expresso nos PCNs guarda estreita relação com as orientações da UNESCO. O cidadão delineado nesse Relatório deve apresentar como características: prazer de aprender; capacidade de aprender a aprender, de discernir e agir; ter consciência de si e do meio que o rodeia; capacidade de desempenhar o papel

social que lhe cabe enquanto trabalhador e cidadão; capacidade para progredir no saber e no saber fazer; ser capaz de utilizar todas as possibilidades de aprender e se aperfeiçoar para acompanhar a inovação na vida privada e profissional; ser capaz de compreender o outro e a crescente complexidade do mundo; ser capaz de relativizar os fatos e revelar o senso crítico perante o fluxo de informações; ser capaz de abrir-se à compreensão dos outros com base no respeito à diversidade; ser capaz de afirmar sua diferença com base nos fundamentos da sua cultura; ser solidário; ser capaz de assumir as suas responsabilidades em relação a si, aos outros e à comunidade; ser capaz de adaptar-se às novas ciências, dominando as transformações (BRASIL, 1998, p. 18-72).

Esse conjunto de características expressas em competências humanas, sociais e cognitivas dá ênfase ao vínculo entre o aprender escolar e o aprender a se mover de forma cada vez mais competente no complexo mundo globalizado. Essa ênfase nas competências, na última década do século XX, é uma forma de tentar responder, via educação, às exigências que a vida coloca aos homens de hoje.

O desenvolvimento de competências por intermédio da educação escolar ganhou tamanha importância que algumas escolas particulares, ao divulgarem as suas vagas, procuram atrair alunos com a informação de que suas práticas estão voltadas a essa formação. Dessa forma, os PCNs oferecem as diretrizes necessárias à construção de um projeto escolar voltado à objetivação das competências e à consequente formação da cidadania, reforçando a crença de que isto ajuda na superação de problemas sociais existentes.

Outra questão que perpassa esses documentos, sobretudo no Relatório Delors, sem, contudo, aparecer de forma explícita, mas que ganha espaço, especialmente no discurso dos homens de negócios, refere-se à educação escolar como forma de ajudar cada cidadão a tornar-se um empreendedor. Embora se delegue tanta responsabilidade à escola quanto ao desenvolvimento de competências, cabe ressaltar que ela “[...] evidentemente não tem influência direta em todos os fatores que interferem na constituição da competência social” (ASSMANN; MO SUNG, 2000, p. 218). Esta se restringe a um conjunto de

habilidades comunicativas e de ampliação de conhecimento relacionadas às pessoas no trabalho ou na vida social em geral. O empreendedorismo é muito mais uma questão de oportunidade social.

Tanto o Relatório Delors como os PCNs, quando se referem à formação do cidadão que se pretende para enfrentar o século XXI no que diz respeito à capacidade de agir, de interferir no mundo, apresentam aspectos contraditórios na caracterização em sua forma de ser. Ao mesmo tempo em que solicita ação e reflexão críticas, deve ter capacidade de adaptação às mudanças no trabalho: “[...] cidadão capaz de interferir criticamente na realidade para transformá-la, deve também contemplar o desenvolvimento de capacidades que possibilitem adaptações às complexas condições e alternativas de trabalho que temos hoje [...]” (BRASIL, 1997, p. 47).

Relacionada à questão acima, a Lei Federal n. 9394 (BRASIL, 1996), em seu artigo 27, inciso I, ao destacar que os conteúdos curriculares da Educação Básica, a qual se constitui pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, com a finalidade de desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, deverão observar “[...] a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática”. Acrescenta que a educação escolar deve se dar em consonância com as demandas atuais da sociedade. Nessa direção, os PCNs justificam que, ao eleger “[...] a cidadania como eixo vertebral da educação escolar, implica colocar-se explicitamente contra valores e práticas sociais que desrespeitam aqueles princípios, comprometendo-se com as perspectivas e decisões que os favoreçam” (BRASIL, 1998, p. 23). Entretanto, ao eleger os temas transversais relacionados às problemáticas sociais, estabelecem como finalidade “desenvolver a capacidade dos alunos de intervir na realidade e transformá-la, tendo essa capacidade relação direta com o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade” (BRASIL, 1998, p. 65).

Fica evidente, na legislação educacional brasileira e documentos dela emanados, como os PCNs, que ser cidadão pressupõe não desrespeitar

princípios e valores já estabelecidos e ao mesmo tempo se espera que intervenha e transforme a realidade existente. Essa aliança entre reprodução e transformação social só encontra sustentação no plano das ideias.

Ainda nessa linha de raciocínio, o tema transversal: Trabalho e Consumo se destaca dentre os temas eleitos para a formação dos alunos de 5ª a 8ª séries. Segundo a apresentação da Secretaria de Educação Fundamental/MEC, “busca-se, pela análise do trabalho e do consumo, na atualidade, explicitar as relações sociais nas quais se produzem as necessidades, os desejos e os produtos e serviços que irão satisfazê-los” (BRASIL, 1998, p. 339). A intenção parece ser informar aos alunos sobre os aspectos históricos da (des)organização da sociedade no momento atual.

Entretanto essa parte do documento faz uma breve caracterização da categoria trabalho, iniciando pela definição de trabalho, referindo-se a ele como organizador e transformador da natureza, do homem e da sociedade, destacando que não é categoria abstrata, sem localização histórica, porém **abordando o tema de forma abstrata e a-histórica**, uma vez que não só o define como passa pelas formas de divisão, organização, regimes, relação entre as pessoas no e para o trabalho e técnicas para realizá-lo de modo totalmente descontextualizado.

Ao mesmo tempo em que o documento “[...] propõe-se tematizar a quantidade e diversidade de trabalho presente em cada produto ou serviço e as relações entre trabalho e consumo, que são muitas e complexas” (p. 347), dá como exemplo “[...] um gesto, aparentemente tão simples, como o de beber um copo de leite” (p. 347). Com relação ao consumo, o procedimento é o mesmo. Chama atenção para a desigualdade social, os avanços na produção, a questão do desemprego, do consumo como direito básico do cidadão, do custo social do modelo de produção e consumo, do desperdício, da necessidade de uma educação do consumidor, da desigualdade social e limites para o avanço da democracia, da tributação/distribuição de renda e justiça social, da precarização do trabalho formal e da exploração do trabalho infantil (p. 347-359). Fica-se no senso comum, na denúncia, sem, contudo, elucidar as causas que estão na base das ações humanas que perpetuam a crise social.

Pelo que se pode perceber, acredita-se que o ensino e a aprendizagem do tema “trabalho e consumo deve conjugar os elementos para a construção da cidadania, através de conhecimentos que permitam uma postura responsável e solidária diante da realidade”. Ou seja:

[...] exerçam seus direitos e responsabilidades, resolvendo os problemas que lhes são colocados, individual e coletivamente; [...], identificando, criticando e repudiando as atitudes de discriminação e de injustiça que favoreçam a reprodução da pobreza e da desigualdade, desenvolvendo práticas que permitam o desenvolvimento de atitudes de respeito, de solidariedade e cooperação. [...] constituição de sujeitos politicamente ativos (BRASIL, 1998, p. 362).

Portanto, respeito, solidariedade e cooperação são novamente reforçados como competências necessárias para o convívio social. No entanto, não se observa, no documento, alusão à ausência de oportunidade, característica da sociedade capitalista neste momento. Os documentos não expressam no seu conteúdo a compreensão da transformação histórica, apontada por Rifkin, dentre outros historiadores atuais.

Para orientar as mudanças das práticas educacionais, levando em conta a LDB 9394/96, as orientações da UNESCO, o Plano Decenal de Educação para Todos e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs –, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação estabeleceu, através do Parecer n. 04/98, as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental, trazendo no item I:

As escolas deverão estabelecer como norteadores de suas ações pedagógicas:

- a) os Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum;
- b) os Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania do exercício da criticidade e do respeito à Ordem Democrática;
- c) os Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais (SILVA, 1998, p. 209).

Ao serem explicitados os princípios norteadores da prática pedagógica, reforça-se a importância da formação da cidadania, observando quais devem ser seus fundamentos. Fundamentos esses inspirados nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Dessa forma, as orientações respondem ao proposto pela UNESCO, uma “educação básica voltada essencialmente para o desenvolvimento humano – entendido como a evolução da capacidade de raciocinar e imaginar, da capacidade de discernir, do sentido das responsabilidades” (DELORS, 1998, p. 9). A educação que, segundo o documento, “[...] surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade, e da justiça social” (p. 11), responde aos imperativos da associação desta ao processo de globalização em curso no mundo capitalista. Todas as orientações se coadunam para formar um novo trabalhador, que se pretende flexível, versátil, líder moral, comunicativo, hábil e equilibrado física e emocionalmente, e um novo cidadão, conforme descrito anteriormente, que seja capaz de contribuir para a superação da atual crise internacional capitalista, numa sociedade em que as oportunidades vão se tornando cada vez mais escassas.

As estratégias viabilizadas para e na educação dos trabalhadores, como garantia dos interesses e objetivos do capital, marcam a subordinação dessas ao capital, o que não causa estranheza quando, em suas reformas e planejamentos e sob a batuta dos organismos oficiais sintonizados aos interesses internacionais, passa a incorporar conceitos e metodologias próprias do mundo dos negócios. De forma organizada, elas se direcionam para efetivar os interesses do capital. São reformas orientadas para o restabelecimento da ordem social vigente, num momento em que, no processo acelerado de desenvolvimento das forças produtivas, a oportunidade de trabalho diminui drasticamente e o trabalho voluntário, para tentar minorar a crise social, é colocado como solução.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ordem produtiva capitalista, que, na sua gênese, traduziu a vida como produção voltada para o mercado e a sociedade que a expressa, com uma existência humana marcada pela liberdade, pelo direito, pelo trabalho livre, mostra-se, no processo de seu desenvolvimento, com dificuldade de operar estes conceitos. Para entender tal dificuldade, é preciso considerar que a substituição do trabalho vivo pelo trabalho da máquina, ou seja, a negação da vida como trabalho na economia industrial, traduz, inclusive, a crise de todo um conjunto de valores, de visão de mundo, de explicação do homem que acompanha aquela economia. Como foi destacado na primeira seção, a ideia de liberdade burguesa não se opera quando falta oportunidade.

O pensamento dominante na legislação escolar, que a acompanha e justifica as mudanças ao se traduzir como ética, como capacitação para o trabalho e como direito ao emprego, leva organismos internacionais, homens de governo, empresários e educadores a colocarem a educação escolar como carro chefe de uma mudança que, traduzida como luta pelo novo, traz fortes marcas de um passado de labor que foi suplantado pelo avanço tecnológico, mas que ainda é considerado pela grande maioria dos homens e pelas reformas educacionais.

As transformações que levaram ao acelerado desenvolvimento das forças produtivas nas últimas décadas do século XX motivaram os intelectuais da educação, individualmente ou em grupos e aliados ou não aos homens de negócios, a saírem em defesa da educação básica como a inevitável solução para a grande crise social.

Nesse movimento, do qual participaram, de forma abrangente, outros setores da sociedade civil, por intermédio dos fóruns e assembleias locais, setoriais, regionais, estaduais e nacionais, em defesa da escola pública, mobilizando grupos das mais diversas tendências políticas, econômicas, sociais e culturais, o grupo de visão filantrópica e moralizante sobressaiu-se. Este vê na escola o espaço privilegiado de respostas aos problemas decorrentes do contínuo

desenvolvimento das forças produtivas que ocasiona, de um lado, o aumento da produção e, de outro, o desemprego, o subemprego; vê o homem como ser de potencialidades, capaz, valendo-se do conhecimento escolar adquirido, de inserir-se na sociedade de direito como cidadão e como trabalhador.

Esse grupo, com maior força no Congresso, possibilitou a aprovação da chamada “Nova LDB” de n. 9394/96, que, inspirada nos princípios de liberdade humana, assim como as anteriores, propõe-se responder às imperativas necessidades demandadas pela sociedade, em função de um esperado desenvolvimento e consolidação da ordem capitalista global, sempre compreendida como progresso, como busca da paz e da harmonia social.

A Lei 9394/96, ao definir as finalidades da educação com vistas à formação do educando para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, admitiu o princípio de que a educação escolar está vinculada ao mundo do trabalho, da mesma forma como as anteriores, diferenciando-se apenas quanto à inclusão da educação infantil como a primeira etapa da educação básica, beneficiada com a “nova” proposição.

Uma reflexão comparativa entre as três últimas reformas da educação brasileira evidencia a preocupação em atribuir à escola a tarefa correspondente à preparação para o trabalho, categoria organizativa das sociedades, num dado tempo e espaço. Por sua vez, o tempo e o espaço atuais mostram que o mundo em que o local de trabalho e o da economia se fundia em uma mesma prática social ficou distante. O modelo anterior foi substituído por novas formas – como a cibernética, a automação, as tecnologias revolucionárias –, deu novos significados ao mundo do trabalho, afetando os arranjos e a dinâmica das forças produtivas. Mostram, também, que quanto mais essas transformações passam a fazer parte da consciência dos homens, mais a História se esclarece e mais se evidencia, desmitificando, a função social que é atribuída à escola. Função essa que hoje é explicitada por organismos predominantemente internacionais que comandam a globalização e zelam pela ordem social, como pode se constatar ao se retomarem os discursos de seus representantes oficiais, dos quais foram apresentados excertos na terceira seção, bem como no próprio Relatório Delors

para a UNESCO. Tarefa que, até meados do século XX, correspondia ao Estado Nação e que, na atualidade, compõe a pauta da agenda política dos “grandes líderes” da globalização, apoiados nas pesquisas e relatórios feitos por equipes técnicas altamente qualificadas.

A previsibilidade das consequências sociais, as quais resultam da entrada dos países considerados globalizáveis na economia de mercado, fez com que os organismos internacionais, liderados pelo Banco Mundial, realizassem a Conferência Mundial de Educação Para Todos, no mês de março de 1990, em Jomtien na Tailândia. Esta Conferência influenciou fortemente a agenda das políticas educacionais dos países em desenvolvimento na década de 1990, dando origem a dois documentos: a *Declaração Mundial de Educação Para Todos* e o *Plano de Ação*, os quais, por sua vez, deram origem, no Brasil, ao Plano Decenal de Educação Para Todos (1994-2003) e ao Fundo de Valorização e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF. A Conferência de Jomtien, reforçada, em 1993, pela Conferência de Nova Delhi, tinham como lema “a educação para todos e todos pela educação”. A grande meta, portanto, seria alcançada com o mínimo de custos, mas não sem custo na grande campanha pela mobilização de toda a sociedade.

O que diferencia essa reforma da educação das anteriores é que a mesma enfrenta, na prática social, um acelerado desmanche da clássica divisão social do trabalho que traz, de um lado, o capital industrial e, de outro, o trabalho vivo.

Quando a consciência não dá conta da História, as circunstâncias objetivas que poderiam beneficiar toda a humanidade tornam-se obstáculos. O panorama atual é, pois, atravessado por esta contradição: estão já disponíveis as condições tecnológicas capazes de superar a sociedade de mercado e de produzir bens necessários para todos os homens. Todavia a consciência dominante, marcada pelo individualismo, clama por novas atividades, inclusive na escola, capazes de restabelecer a ordem e uma almejada coesão social entre os trabalhadores, entre os capitalistas e entre o capital e o trabalho.

Neste eixo de raciocínio, a legislação e as diretrizes que orientam a formação do cidadão para o século XXI vão continuar favorecendo a manutenção

do atual sistema, as quais destacam, na busca de soluções para a ordem social, o incremento do trabalho na forma do Terceiro Setor, como foi mostrado na terceira seção.

Ao naturalizar o trabalho como essência humana, o pensamento dominante naturaliza o capitalismo tal como ele se projeta na sua gênese, como forma de garantir a reprodução da vida. Como decorrência dessa leitura da realidade, a legislação e a literatura escolar, no conjunto deste encaminhamento teórico, por não apreenderem a História em seu movimento real, continuam defendendo a formação para o trabalho como um direito inalienável do ser.

Entende-se que o direito de liberdade e de oportunidade são princípios da ideologia burguesa que precisam ser compreendidos historicamente para que a consciência humana se projete como vontade de uma real democracia, como sociedade sem classes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) Mundo do Trabalho. Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo.** São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL, 2000.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho.** 2. ed. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 7. ed. ampl. São Paulo: Cortez; Campinas. São Paulo: Ed. Da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILE, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **A Cidadania negada: políticas na educação e no trabalho.** Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 35-48.

ARISTÓTELES. **Aristóteles – Vida e Obra.** Tradução Editora Nova Cultural LTDA. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento.** Trad. de Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

ASSMANN, Hugo. **Metáforas novas para reencantar a educação: epistemologia e didática.** 3. ed. Piracicaba: Editora Unimep, 2001.

ASSMAN, H. e MO SUNG, Jung. **Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

AUED, Bernadete Wrublevski (Org.). **Educação para o (des) emprego: (ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento).** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

AZEVEDO, José Clovis de. Escola cidadã, mercoescola e a reconversão cultural. In. FERREIRA, Márcia Ondina Vieira e GUCLIANO, Alfredo Alejandro (Orgs.). **Fragmentos da Globalização na Educação: uma perspectiva comparada.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. p. 189-206.

BEAUD, Michel. **História do capitalismo de 1500 até nossos dias.** Trad. de Maria Ermanitina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOFF, Leonardo. **Fundamentalismo: a globalização e o futuro da humanidade.** Rio de Janeiro: Sextante, 2002, p. 87.

BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Éve. Entrevista ao Jornal El País. **CEPAT Informa**. Ano 8, n. 85, p. 15-18, jun. 2002.

BRASIL. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília: MEC/UNESCO, 1993

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. v. 2. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia da Globalização e (des) caminhos da ciência social. In. GENTILI, Pablo (Org). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 96-127.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã 1996.
CLACSO, 2000.

COGGIOLA, Osvaldo. **O capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea**. São Paulo: Xamã: Pulsar, 2002.

CONSELHO EDITORIAL. FHC vai a Berlim defender “nova utopia”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 28 maio. 2000, Caderno, p. 16.

CUNHA, Luís Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

DA REDAÇÃO. Desemprego mundial atinge 180 milhões de pessoas, afirma OIT. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 24 jan. 2003, Caderno B.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. Tradução José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1998.

DEL PINO, Mauro. Política educacional, emprego e exclusão social. In: GENTILE, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **A cidadania negada: Políticas na educação e no trabalho**. 3.ed. São Paulo: Cortez; Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2002, p.65-86.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Trad. de Yadyer A. Figueiredo. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: UNB, 2000.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Trad. Manuel do Rego Braga. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

EMPRESAS DO BEM. Portal Solidário. **Isto é: Dinheiro**. São Paulo: Editora Três. n. 287, p. 15, fev. 2003.

ENGELS, F. A 'contribuição à crítica da economia política' de Karl Marx. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. v. 1. São Paulo: ALFA OMEGA Ltda., s/d. p. 304-312.

FERREIRA, José Maria Carvalho. Trabalho e sindicalismo no contexto da globalização. In: SCHERER-WARREN, Ilse e FERREIRA, José Maria Carvalho (Org.). **Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 211-241.

FOLHA DE S. PAULO. **Caderno Especial 4**. 29 jun. 2000.

FRIEDMAN, Milton (1985). **Capitalismo e liberdade**. 2. ed. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **A Globalização e os desafios da educação no limiar do novo século: um olhar desde a América Latina**. In: LOMBARDI, José Claudinei (org). **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. 2. Ed. Ver. E ampl. – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR: Caçador, SC: UnC, 2003. 79-106. – (Coleção educação contemporânea)

HOBBSBAWM, Eric J. A. **A era das revoluções (1789-1848)**. Trad. Maria Teresa L. Teixeira e Marcos Penchel. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Trad. de Waltensir Dutra. 20. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

IANNI, Octávio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. In FREITAS, Marcos Cezar de (Org.) **A reinvenção do Futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo**. São Paulo: Cortez, Bragança Paulista, SP : USF-IFAN, 1996, p. 15-54.

ISTO É. Dinheiro. **Indicadores econômicos e financeiros**. n. 266, São Paulo: Três, 02 out. 2002, p. 90 .

KRUGMAN, Paul. **Globalização e Globobagens: verdades e mentiras do pensamento econômico**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

KURZ, Robert. A pulsão de morte da concorrência. **CEPAT Informa**. Ano 8, n. 85, p. 20-26, jun. 2002.

LASKI, Harold J. **El liberalismo europeo**. Versão espanhola de Victoriano Míguel. México: Fondo de Cultura-Econômica, 1939.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. Tradução de Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LOMBARDI, José Claudinei. **Ética, Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais: Algumas Reflexões Histórico – Filosóficas**. In: LOMBARDI, José Claudinei e GOERGEN, Pedro (orgs.). **Ética e Educação e Educação: Reflexões Filosóficas e Históricas**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005. – (Coleção Educação Contemporânea).

MANDEVILLE, Bernard. **La fabula de la abejas ou Os vícios privados hacen la prosperidad pública**. Comentario crítico histórico y explicativo de F. B. Kaye. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

MARTIN, Hans-Peter e SCHUMANN, Harald. **A Armadilha da globalização: O assalto à democracia e ao bem estar social**. Trad. Waldtraut U. E. Rose e Lacra C. W. Sackiewicz. 6. ed. São Paulo: Globo, 1999.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. In: _____. **Obras escolhidas**. v. 1. São Paulo : ALFA-OMEGA Ltda, s/d. p. 13-47.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da economia política**. V. 1, tomo 2. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política (Grundrisse)**. 1857-1858. v. 1, 13. ed. México: Siglo Veintiuno, 1984a.

MEDA, Dominique. Entrevista ao sociólogo André Paranaud, publicada na revista Transversales, n. 58/1999 e traduzida por Bernardo Lestienne, pesquisador do Ibrades. **Boletim CEPAT-Informa**. Ano 6, n. 58, p. 34-38, fev. 2000.

MENDONÇA. O paradoxo da miséria. **Revista VEJA**. São Paulo: Abril. Edição 1.735, ano 35, n. 3, jan. 2002. p. 82-93.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boi Tempo; Campinas-SP: Unicamp, 2002.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. As orientações do Banco Mundial e as políticas educacionais atuais: construção do consenso em torno centralidade da Educação Básica. In: HIDALGO, Ângela Maria e SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli (Orgs). **Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino no Brasil e Paraná na década de 90**. Londrina: Editora UEL. 2001, p. 21-40.

RAMOS, Ariovaldo e outros. Fé no voluntariado. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 9. nov. 2001, Caderno A, p. 3.

REIS FILHO, Daniel Aarão e outros (Org.). **O século XX. O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, 3v. p. 205-224.

REVISTA ISTO É. Dinheiro. São Paulo: Três, 16 out. 2002.

REVISTA ISTO É. Dinheiro. São Paulo: Três, 23 out. 2002.

REVISTA VEJA. Economia e Negócios. São Paulo: Abril, 12 dez. 2001.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e redução da força global de trabalho**. Tradução Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROSAR, Maria de Fátima Felix. **Articulações entre a globalização e a descentralização: impactos na educação brasileira**. In: LOMBARDI, José Claudinei (org). **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas Transversais**. 2. Ed. Ver. E ampl. - Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR: Caçador, SC: UnC, 2003. 61-75 – (Coleção educação contemporânea)

SALAMA, Pierre. Novas formas da pobreza da América Latina. In: GENTILE, Pablo (Org.). **Globalização excludente: desigualdades, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Vozes; 2000. 180-222.

SANTOS, Boaventura de Sousa. As lições de Gênova. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jul. 2001. Caderno A, p. 3.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3. ed. Rio de Janeiro : Record, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Transformações do Capitalismo, do Mundo do Trabalho e da Educação**. In: LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Dermeval, SANFELICE, José Luis (orgs.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. – (Coleção educação contemporânea).

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Trad. Marcos Santarrita. 5. ed. Rio de Janeiro : Record, 2001.

SILVA, Eurides Brito. (Org.). **A educação básica pós-LDB**. São Paulo: Pioneira, 1998.

SIMÃO, Moura. Fusão: O melhor remédio. **Isto É Dinheiro**. ed. 256, p. 72, 24 jul. 2002.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Trad. Norberto de Paula Lima. São Paulo: Hemus, 1981.

VILLELA, Milú. Incluir os excluídos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 jan. 2001, Caderno A, p. 3.

VON MISES, Ludwig. **Liberalismo: segundo a tradição clássica**. Trad. Haydn Coutinho Pimenta. Rio de Janeiro: José Olympio: Instituto Liberal, 1987.

WALLERSTEIN, Immanuel. Entrevista. **CEPAT Informa**. Ano 8, n. 81, p. 31-35, mar. 2002.